

Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"IVA será alto, mas menor que o imposto atual" 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desafios da reforma tributária para a Receita - OPINIÃO JURÍDICA 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mercado prevê mudança da meta fiscal 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

GLO não cita Receita e incomoda agentes 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudanças podem subir alíquota em 0,5 ponto 11

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo aproveita o feriado para contar votos da reforma tributária entre senadores - COLUNA DO ESTADÃO 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Exceções devem elevar IVA a 27,5% 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A Zona Franca na reforma tributária - CELSO MING 16

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Apoio de siglas de oposição ao governo federal supera 70% 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alterações vão de saneamento a imposto menor para médico e advogado 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

PIB do Norte surpreende, mas seca e demanda global são riscos 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula "não aceita matar a galinha dos ovos de ouro" do investimento, diz Dias 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alíquota do IVA sobe 0,5 ponto, diz Haddad 28

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Isenção para nutrição animal elevaria PIB, diz estudo 30

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guilherme Mello: Guerras e juros afetam crescimento do país..... 31

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bernard Appy: IVA será alto, mas menor que o imposto atual..... 34

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise: Haddad no fogo cruzado entre o PT e o Centrão..... 36

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tarifa elevada: quase 40% do valor da conta de luz do brasileiro é voltada a tributos, encargos e perdas..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lula abre as comportas para o debate da ganância - CLAUDIA SAFATLE..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O fluxo de capitais e o desenvolvimento sustentável (Artigo)..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Melhor é mudar a meta de déficit primário (Artigo)..... 44

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Em crise no Brasil, Starbucks fatura alto no exterior - MERCADO S/A..... 46

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Eletrônicos têm crescimento de 5%..... 48

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Brasil precisa focar na solução de problemas (Editorial)..... 49

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Uma reflexão para 2027 (Artigo)..... 50

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

O Lula de 2023 tem muito a aprender com o Lula de 2003 (Editorial)..... 51

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Governo quer nova correção do FGTS a partir de 2025..... 53

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Grupo busca isolar Haddad no debate da meta..... 55

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

BC mantém ritmo de corte, mas continuidade corre riscos (Editorial)..... 57

"IVA será alto, mas menor que o imposto atual"



Henrique Lessa, Edla Lula

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, reconhece que a alíquota do Imposto de Valor Agregado (IVA) terá um valor elevado, em função das exceções incluídas no Parlamento.

Mas entende que, ainda assim, será menor que o atual. A avaliação foi feita ao Podcast do Correio. "A alíquota vai ser alta, mas vai ser mais baixa do que se tem hoje. Se paga por um telefone celular, por exemplo, por volta de 45% de imposto, sem que se saiba que estamos pagando tudo isso de imposto", explicou. Appy enfatizou que a carga tributária se manterá, mas prometeu que os ganhos em produtividade trarão uma queda nos preços ao consumidor final. O secretário afirmou que não há milagre: se amplia a alíquota ou se reduz o gasto, algo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já disse que não quer fazer.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

O objetivo da **Reforma Tributária** é simplificar. Como vai afetar o dia a dia das pessoas?

A mais perceptível, é que, agora, ele vai saber quanto está pagando de imposto em qualquer bem ou serviço. Uma das características da **Reforma Tributária** é que o consumidor, finalmente, vai saber quanto está pagando de imposto. Mas o efeito mais importante é o menos perceptível, que é sobre o crescimento da economia brasileira com a redução de custos para as

empresas.

Isso vai significar mais empregos e, no longo prazo, menores preços para o consumidor. No Brasil, por várias falhas, o sistema tributa investimento e exportação, tirando a competitividade da produção nacional. Por isso, o Brasil produz menos do que poderia e tem menos investimentos, menos fábricas. Estamos falando de um aumento do **PIB** brasileiro de 12 pontos, em 15 anos, só com a reforma.

A oposição diz que vai aumentar os **impostos**. A reforma é feita de forma a manter a carga tributária global.

Então, aquilo que se arrecada de imposto, hoje, como proporção do **PIB**, vai se manter. O consumidor está pagando o imposto e está pagando pela ineficiência do sistema atual.

O governo defendia o "cashback".

Isso morreu?

O projeto que está em discussão é do Congresso. O que o governo está fazendo é apoiar para viabilizar a aprovação. É verdade que o projeto original, a PEC 45, não tinha nenhuma exceção, a não ser algumas de caráter técnico.

Isso seria o ideal e usar o máximo possível o cashback na devolução do imposto para as famílias. Mas como o Congresso optou por ter várias exceções, isso reduziu o espaço para a devolução desse imposto. Vai ter menos espaço, mas ainda vai ter algum.

O relatório do Senado definiu que vai ter devolução na conta de luz para as famílias de baixa renda, assim como parte da cesta básica.

Qual será a alíquota do IVA?

Vemos em outros países entre 20% e 25%. Aqui, algumas projeções falam em quase 30%. Teremos o IVA mais caro do mundo?

A pergunta que temos que fazer é: quanto pagamos de imposto quando compramos um celular hoje? Nossa estimativa é que, se não tivesse exceção alguma, a alíquota ficaria entre 20,7% e 22%. Com as

exceções introduzidas, foi para algo entre 25,5% e 27%. A alíquota vai ser alta, mas vai ser mais baixa do que a gente tem atualmente.

Por que o governo não define a alíquota?

Têm vários fatores que afetam a alíquota, que vão depender da regulamentação da **Reforma Tributária**.

Como ela mantém a carga tributária total, quanto mais arrecadar de imposto seletivo, menor vai ser alíquota da CBS.

A regulamentação do imposto seletivo ainda vai ser feita por lei complementar. Outro fator é a sonegação e a inadimplência, que a gente espera que diminua com o novo sistema, com uma cobrança mais eficiente. Agora, a gente não consegue saber exatamente.

Por isso, seria uma irresponsabilidade querer cravar uma alíquota.

Alguns estados aumentaram o ICMS para não perder arrecadação no IVA. Na verdade, a reforma vai mudar a distribuição da contraparte do ICMS. Isso afeta a distribuição da arrecadação entre estados e municípios, mas tem uma transição extremamente longa, em que uma parcela decrescente da arrecadação é distribuída conforme a participação dos entes na arrecadação.

Agora, aumentar a alíquota do ICMS dizendo que é para poder ter uma melhor base de participação, ao longo dessa transição, não é verdade - vamos ser claros.

Nenhum governador quer ter o custo político de aumentar alíquota para poder favorecer o governador que vai estar lá em 2033. Os estados estão aumentando a alíquota, hoje, porque perderam muita arrecadação no ano passado, com a limitação da alíquota incidente sobre eletricidade, telecomunicações e combustíveis.

Mas o presidente também está empenhando capital político.

Mesmo com efeitos para depois do governo, ele vai tentar a reeleição.

Espero que o atual governo tenha continuidade, mas você tem razão. O grosso do efeito da **Reforma Tributária** não é imediato.

O governo está fazendo uma reforma que vai beneficiar o Brasil no longo prazo, o que é importante.

O governo está sinalizando que está investindo capital político para fazer algo que não vai aproveitar todo efeito político positivo. Mas tem, sim, algum efeito positivo agora, porque a aprovação da reforma tem um efeito sobre as expectativas.

No curto prazo, sobre os investimentos, sobretudo os externos, tem efeitos sobre a taxa de câmbio, sobre os juros de longo prazo, o efeito de antecipação da tributária gera mais crescimento.

Como estão as negociações da reforma no Senado?

O senador Eduardo Braga tem feito um trabalho muito importante de construção de um ambiente político favorável à aprovação.

Fazemos um trabalho de apoio ao que o senador tem feito para viabilizar a aprovação. Inclusive, o ministro Fernando Haddad tem participado ativamente das negociações.

Há tempo hábil até o fim do ano?

Acredito que sim, acho que está sendo feito um trabalho para viabilizar a aprovação ainda este ano.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5246/03-11-2023.html?all=1>

Desafios da reforma tributária para a Receita - OPINIÃO JURÍDICA

Pedro Cesar da Silva e Douglas Rogério Campanini são, respectivamente, CEO da Athros SFAI Auditoria e Consultoria e sócio-diretor da área de Consultoria Tributos Indiretos da Athros SFAI Auditoria e Consultoria

O tema **reforma tributária**, em razão da sua importância e relevância para o Brasil, tem dominado o noticiário nos últimos meses. Isso porque, pelo fato do sistema tributário brasileiro ser repleto de particularidades e exceções clama-se, de forma uníssona, pela figura da simplificação tributária.

Buscando esse horizonte, a Câmara dos Deputados aprovou, em julho, a PEC 45 que, resumidamente, propõe a criação da CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços (federal), visando a substituição do PIS e Cofins, do IBS - Imposto sobre Bens e Serviços (Estados e municípios), que sucederá ao ICMS e IPI, e do IS - Imposto Seletivo (federal), que fará as vezes do IPI, sendo que o tema atualmente encontra-se em discussão no Senado Federal.

É inegável que o texto proposto, apesar das críticas, que são pertinentes e contribuem com a maturação do tema, possui pontos positivos, com a criação do IVA Dual (CBS/IBS).

Sem perder a objetividade desse artigo, entendemos, que de partida, cabe lembrar os principais temas que estão sendo enfrentados na **reforma tributária** e que pela sua importância representam mudança de paradigmas. Nesse esteio, temos a unificação das regras relativas a fato gerador, base de cálculo e regimes diferenciados, em contraponto ao sistema atual onde cada tributo possui sua regra; a não cumulatividade plena (exceto uso pessoal), onde todas as operações sujeitas ao IVA gerarão crédito ao destinatário, revertendo o cenário caótico do sistema atual no qual cada ente federativo interpreta o direito de crédito de forma peculiar e individual, como por exemplo o conceito de insumo de ICMS e PIS/Cofins.

Igual relevância pode ser atribuída ao recolhimento do tributo adotando as alíquotas de Estado/município de destino, minimizando os problemas gerados com a guerra fiscal, o que acarretará, de forma imprescindível, que Estados e municípios terão que ofertar infraestrutura e condições para atrair a instalação de novos negócios.

Com a elevada possibilidade de que esse tema seja aprovado pelo Senado (com alguns ajustes), as administrações tributárias já estão se movimentando para avaliar as medidas necessárias para implementação desse novo sistema tributário. Isso porque será uma profunda mudança (ou dizer refundação) dos princípios, critérios, regras, conceitos e procedimentos a serem adotados na exigência dos **tributos** nas operações sobre o consumo.

Nesse contexto a **Receita Federal**, por meio da Portaria RFB nº 368, de outubro, instituiu em seu âmbito o Programa de **Reforma Tributária** do Consumo (Programa RTC), com as diretrizes principais de elaborar o modelo e soluções para a operacionalização e implementação da **reforma tributária**.

De acordo com a norma, essas soluções terão como objetivo atingir a simplificação no cumprimento das obrigações tributárias, principal e acessórias, por meio de aplicações integradas e econômicas, de forma que estimulem a conformidade tributária já que, no projeto de **reforma tributária** em análise, a simplificação tributária é um dos pontos centrais que permeiam a discussão para aprovação.

Referido programa será composto por oito projetos, possuindo as seguintes frentes de trabalho: Cadastros; Escrituração Fiscal; Declarações; Cobrança; Pagamento; Direito Creditório; Fiscalização e Contencioso Administrativo e Judicial.

Vários desafios serão enfrentados por esse grupo de trabalho, dentre os quais destacamos a necessidade de soluções tecnológicas para fins de controle da arrecadação bem como a criação de ferramentas para repartição e repasse dos valores para os Estados.

Ademais, será mandatário a criação de novo arcabouço de obrigações acessórias a serem cumpridas simultaneamente com as atuais, nesse caso, respeitando princípio da simplificação que norteia a **reforma tributária**.

Outros aspectos relevantes certamente devem ser contemplados, tais como, o controle/administração do contencioso administrativo atual versus futuro; a elaboração de processos/procedimentos de

fiscalização e conformidade fiscal, bem como a unificação e compartilhamento de cadastros/bases tributárias/informações com Estados e municípios.

De acordo com o projeto de **reforma tributária** em discussão, o período de transição se inicia em 2026 com a implementação parcial da CBS. Trata-se de um prazo relativamente curto (dois anos) para que a administração tributária desbrave inúmeros caminhos para implementação dessas atividades, lembrando que após a aprovação e promulgação do texto constitucional deverá ser editado todo o arcabouço de normas que irão reger essas novas disposições.

Ademais, as exceções de tributação previstas na presente PEC (setores/segmentos) também demandarão, por parte dos envolvidos no programa, esforços consideráveis para que todas as particularidades sejam previstas e que as novas disposições estejam prontas e testadas para entrar em funcionamento.

Nesse diapasão, que esse programa seja encarado com a seriedade, profundidade e dinamismo que o tema requer, e que as administrações tributárias avaliem que os principais personagens dessa nova fase, ou seja, os contribuintes, também têm muito a contribuir com esse desenvolvimento, e não podem ficar de fora dessa avaliação!

Pedro Cesar da Silva e Douglas Rogério Campanini são, respectivamente, CEO da Athros SFAI Auditoria e Consultoria e sócio-diretor da área de Consultoria **Tributos** Indiretos da Athros SFAI Auditoria e Consultoria

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187704>

Mercado prevê mudança da meta fiscal



ANA PAULA PAIVA/VALOR

Felipe Salto: "Se o governo mudar a meta, terá de contingenciar da mesma forma"

O mercado e a meta fiscal

Pesquisa da Warren Rena com 55 economistas evidencia expectativas sobre contas do governo*



Érica Polo

Quase 90% entre os 55 bancos, family offices, empresas e fundos de pensão que responderam à pesquisa realizada pela Warren Rena nesta semana sobre meta fiscal, estimam que o governo altere a projeção para 2024. Caso a mudança saia de zero para -0,5%, mais da metade dos agentes alteraria as próprias estimativas.

"Quem já projeta déficit entre 0,7% e 0,9%, que é a grande maioria, entende que pioraria a própria projeção em 0,25% do PIB. Então, no limite, passaria de -1% do PIB para o próximo ano", resume Felipe Salto, economista-chefe e sócio da consultoria, ex-secretário da Fazenda paulista e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI).

A mera mudança da meta - dependendo da diferença, caso aconteça - não abre espaço para aumento de despesas, diz Salto. O debate sobre o tema começou na sexta-feira, 27, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o governo não cumpriria o déficit zero previsto no arcabouço fiscal.

A Warren Rena alerta que a pesquisa é uma amostra representativa que visou buscar qualitativamente o

sentimento dos analistas do mercado. Não foi construída estatisticamente.

A visão que a pesquisa entregou é que o mercado "está em compasso de espera", continua Salto. Segundo o retrato, 74,5% dos que responderam já não consideravam o déficit zero para o próximo ano.

Dado o cenário econômico, consideradas as projeções de receita e despesas, esses agentes calculavam - 0,7% e -0,9% do PIB. Como boa parte já tinha um resultado fiscal pior em mente, uma mudança modesta não gerará grandes alterações em um cenário de curto prazo, disse.

Mas "matar" o arcabouço antes mesmo de ser válido, como analistas têm observado, deve gerar expectativa desfavorável para o governo em relação ao risco de alterar metas sempre que for conveniente.

O problema é o efeito em médio prazo. "E aí toda a trajetória do déficit vai subindo, o que também afeta a da dívida. Esse é o principal efeito negativo que precisaria ser evitado", avalia Salto.

Outro retrato do levantamento é a previsão de contingenciamento das despesas discricionárias - justamente o capítulo do orçamento do governo federal que inclui as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), emendas parlamentares e gastos com saúde. Para mais de 90% dos respondentes, se a meta for alterada para -0,5%, haverá necessidade de contingenciar gastos em até R\$ 40 bilhões.

"Fizemos essa pergunta porque é uma questão central. Se o governo mudar a meta fiscal para -0,5% terá de contingenciar da mesma forma", diz. Para Salto é "muito barulho por nada", já que a mudança não ajudaria no objetivo da ala política do governo que pressiona por gastos em ano eleitoral.

A decisão do presidente Lula de preservar investimentos é correta, diz Salto, mas há uma "capa de gordura" na parte das despesas discricionárias.

A Warren ainda não alterou sua projeção para a meta fiscal - hoje em -0,74% do PIB.

A única forma de o governo não mexer "uma vírgula" nas discricionárias seria ter uma meta primária muito alargada, dizem economistas, de pelo menos 1,2% do PIB. "Isso seria muito ruim, o que aconteceria é ter um

resultado primário praticamente igual ao de 2023, sem melhora do déficit", afirma Salto.

A inflexibilidade do presidente na parte dos gastos está ligado às eleições municipais, diz Gabriel Leal de Barros, economistachefe da Ryo Asset. "É ano de eleição municipal e o governo quer usar o PAC como estratégia para retomar algumas prefeituras, além dos efeitos colaterais das emendas parlamentares impositivas", diz o economista.

Fora a falta de disposição política do governo central para cortar gastos, outro vetor que torna grande o desafio de zerar a meta fiscal grande é a dificuldade de aumentar a arrecadação, e alcançar os R\$ 168 bilhões de receitas condicionadas previstas no PLOA. "Apesar de o ministro [Fernando Haddad] estar conseguindo avançar em algumas pautas, o ganho fiscal está menor do que o que ele tinha imaginado originalmente", diz Leal de Barros.

Ele cita a arrecadação extraordinária mais baixa e a recorrente também, já que acompanha o **PIB**.

Vale lembrar que as receitas condicionadas, previstas no PLOA, incluem as batalhas políticas da Fazenda junto ao Congresso para aumentar arrecadação via **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, subvenção do ICMS e os projetos de lei para taxar offshores e fundos exclusivos. "No caso do **Carf**, por exemplo, não é receita garantida porque é esfera administrativa.

Há uma batalha judicial depois disso", comenta.

O ex-ministro da Fazenda e sócio-fundador da Tendências Consultoria, Maílson da Nóbrega, disse que apenas ficou claro "o que todo mundo suspeitava que aconteceria em algum momento". Para ele, aconteceu muito rapidamente.

"Achava-se que a opção pelo gasto feita pelo Lula aconteceria lá na frente, e não agora, no momento inicial do arcabouço fiscal." Na opinião de muitos, "e na nossa também", o arcabouço morreu antes de começar, disse Nóbrega. "Na minha opinião, o PT falou demais sobre o teto de gastos e vai passar pelo mesmo problema porque o Lula se rendeu à necessidade de ter um teto de gastos mais flexível.

Para o ex-ministro, a postura de Haddad em resistir à mudança confere credibilidade. "Ele está certo em não aceitar um déficit como meta agora. Tem que ver o que conseguirá no Congresso sobre seus pedidos. Na experiência brasileira, ceder um pouco é ceder muito", disse. "E ele abriria campo no Congresso para aumentos, seja para aprovar novas emendas ou ceder a alas do governo que querem mais dinheiro.

"É ano de eleição e o governo quer usar o PAC como estratégia para retomar algumas prefeituras" Gabriel Leal de Barros

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187704?page=1§ion=1>

GLO não cita Receita e incomoda agentes



Apreensão pela Receita de pouco mais de 2kg de skunk no Galeão. Várias descobertas como essa são feitas pelos agentes do fisco diariamente

Mayara Souto

A decisão do governo federal de decretar uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO) restrita aos aeroportos internacionais e aos principais portos de São Paulo incomodou os funcionários da **Receita Federal**. Isso porque auditores- fiscais e analistas-tributários, assim como todos os servidores que atuam nos recintos alfandegados, não são citados no Decreto 11.765, que trata apenas da participação dos militares - despachados para atuar nas operações que visam sufocar a logística das quadrilhas que contrabandeam armas e drogas.

A primeira entidade a manifestar incômodo com a GLO foi a Associação Nacional dos Auditores- Fiscais da **Receita Federal do Brasil** (Unafisco Sindical), que, em nota, disse ter recebido com "perplexidade e ceticismo" o decreto. "A GLO tem vício de origem porque deixou de fora justamente a **Receita Federal**, que detém a expertise em selecionar, reconhecer e apreender ilícitos internacionais, e é a responsável pela fiscalização de portos, aeroportos e fronteiras.

Uma ação integrada deveria envolver todas as forças de segurança, em particular essa, por ser a que mais apreende drogas no país", diz a nota.

O Sindicato Nacional dos Analistas- Tributários da **Receita Federal do Brasil** (Sindireceita) corroborou a crítica da Unafisco Sindical.

Segundo a entidade, nos últimos cinco anos, os analistas ajudaram na apreensão de mais de 198 mil toneladas de cocaína - "o que representa R\$ 35,6 bilhões a menos para financiar o crime organizado, de acordo com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal".

"O órgão é responsável pela fiscalização e pelo

controle sobre o comércio exterior, nos termos do Art. 237 da Constituição Federal", lembra o Sindireceita, em nota.

A nota do sindicato dos analistas- tributários lembra, ainda, que em 2011, na gestão da então presidente Dilma Rousseff, o Plano Estratégico de Fronteiras foi anunciado sem a participação da **Receita Federal** na fiscalização.

Porém, semanas depois, o fisco foi chamado a participar.

"Esperamos que seja realmente um "esquecimento". Caso contrário, estaremos diante de uma ação deliberada para "apequenar", novamente, a **Receita Federal do Brasil**. [...] Temos a plena certeza que não existirá nenhuma ação que seja efetiva contra o crime organizado sem a presença da aduana brasileira, que possui servidores especializados no combate ao contrabando e descaminho", observa o Sindireceita.

Expertise

Já o Sindicato Nacional dos Auditores- Fiscais da **Receita Federal do Brasil** (Sindifisco Nacional) nem apoiou nem criticou o decreto da GLO. Mas ressaltou a importância da atuação da categoria em operações dessa natureza.

"Não é possível uma ação integrada do Estado brasileiro com vistas a sufocar essas organizações sem a participação da **Receita Federal**."

Para a realização desse trabalho, é importante que ela esteja equipada e em condições de atuar, o que exige a reversão do desmonte que sofreu nos últimos governos e a efetiva valorização de suas autoridades fiscais", alertou.

A partir de 6 de novembro, 3,7 mil integrantes das Forças Armadas atuarão na GLO. A Marinha empregará 1,1 mil pessoas; o Exército, 2 mil; e a Aeronáutica, mais 600. O governador do estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, vinha cobrando a participação do governo federal em alguma operação para asfíxiar as quadrilhas de traficantes e drogas e as milícias.

"A GLO tem vício de origem porque deixou de fora justamente a **Receita Federal**, que detém a expertise em selecionar, reconhecer e apreender ilícitos internacionais, e é a responsável pela fiscalização de

portos, aeroportos e fronteiras" Trecho da nota da
Unafisco Sindical

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/5246/03-11-2023.html?all=1>

Mudanças podem subir alíquota em 0,5 ponto



Haddad (com Braga) citou cálculos da Fazenda que indicam a elevação de até meio ponto percentual. Para o ministro, é a reforma possível

Victor Correia

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o senador Eduardo Braga (MDB-AM) reuniram-se ontem para acertar os ajustes finos no texto da **Reforma Tributária**. O parlamentar, que relata a proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, alterou consideravelmente a proposta aprovada pelos deputados. Isso pode fazer, entre outras coisas, com que a alíquota-base do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) suba até 0,5%, podendo chegar a 27,5%.

Braga confirmou que pretende colocar seu relatório em votação na CCJ na próxima terça-feira. Segundo o senador, das 700 emendas recebidas, 250 foram acatadas. Um dos pontos mais polêmicos é a ampliação das exceções tributárias a diversos setores econômicos, sob pressão dos lobbies? o que deve causar, segundo Haddad, a elevação da alíquota-base, conforme estudo realizado pelo Ministério da Fazenda.

Depois da reunião, o ministro e Braga se disseram otimistas de que a matéria será aprovada até a próxima quinta-feira no Plenário do Senado. Com as alterações, terá de ser reenviada à Câmara.

"Fizemos um batimento ponto por ponto da **Reforma Tributária**. São detalhes na redação para evitar judicialização. Às vezes, uma proposta que ele (Braga) recebeu de última hora requer uma avaliação de impacto. Mas estamos muito seguros de que o relatório está bem feito. Que vamos ter uma maioria boa no Senado e que vai ser possível promulgar a emenda constitucional ainda este ano", disse o ministro.

Segundo Haddad, mesmo não sendo perfeita, a reforma será um salto de qualidade significativo em relação ao sistema tributário atual. Ele calcula que o relatório de Braga passe no Plenário com mais de 60 votos favoráveis. O ministro observa que a alíquota média de imposto será menor para quase todos os setores, graças à redução nos litígios, na sonegação de **impostos** e no custo para que as empresas cumpram as obrigações tributárias.

"Das mais de 700 emendas apresentadas, cerca de 250 estão sendo acatadas. Portanto, o relatório está sendo construído a muitas mãos pelos senadores, ouvindo sociedade, setores produtivos, governadores e prefeitos. Também conta com uma grande articulação com o governo federal", explicou Braga.

Exagero

Questionado sobre o aumento de até 0,5% da alíquota-base, o ministro frisou que a posição do governo federal é contra o exagero no número de exceções tributárias, mas disse entender que, sem ceder e articular em alguns pontos, não é possível aprovar a reforma. Haddad destacou que os relatores da matéria na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e Braga estão comprometidos com a aprovação.

"Eles sabem das dificuldades e sabem dos grupos de interesse que se manifestam ali. Ali, vocês sabem, o jogo é bruto. A posição da Fazenda é conhecida desde o começo: quanto menos exceções, melhor para o país. Mas, à luz da situação atual? Temos 27 sistemas tributários, cada estado tem o seu. Entendemos que, para compor uma maioria, depois de 40 anos de tentativa, você vai ter que contar votos", frisou.

Braga, porém, negou que haja aumento das exceções, argumentando que chegou a reduzir algumas alíquotas diferenciadas e incluiu as "absolutamente necessárias"? e citou a exceção para o setor do saneamento básico. "Acho que o Senado está fazendo a contribuição na **Reforma Tributária** de forma equilibrada. Estabelecemos a revisão dos **tributos** a cada cinco anos para que possamos garantir que os benefícios, por meio de regimes diferenciados, possam ser avaliados pelo Congresso. Garantimos uma trava constitucional para que não haja aumento da carga tributária", salientou o senador.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/5246/03-11-2023.html?all=1>

Governo aproveita o feriado para contar votos da reforma tributária entre senadores - COLUNA DO ESTADÃO



PRONTO, FALEI!



Rui Costa
Ministro da Casa Civil

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU

Articuladores do presidente Lula aproveitaram o feriado de Finados, ontem, para conferir com quantos votos o governo conta na **reforma tributária**.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da proposta, e saiu otimista do encontro. Pelos cálculos ali apresentados, o Planalto tem mais do que os 49 votos necessários no Senado para a aprovação do texto, que deve ser votado no plenário na próxima semana. O cronograma foi acertado entre o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). O Planalto tem pressa, já que as mudanças feitas por senadores ainda farão a proposta voltar para a Câmara.

I META. O Ministério dos Transportes tenta retirar R\$ 4 bilhões por ano das costas da União, a partir de 2024. Esta é a expectativa do ministro Renan Filho, que tem projetos para repassar 20 mil km de rodovias à iniciativa privada até o fim do governo, em 2026.

I GARANTIA. O assunto será tratado na reunião ministerial de hoje com o presidente Lula, no Planalto,

em meio ao debate sobre a meta fiscal do governo.

A pasta de Transportes tenta assegurar pelo menos R\$ 21 bilhões de investimentos privados nas futuras concessões.

I AQUI NÃO. O ex-senador Telmário Mota, suspeito de mandar matar a mãe de sua filha, pediu desfiliação do Solidariedade em outubro. Telmário era filiado ao PROS, que se fundiu com o Solidariedade. "Ele nos poupou de ter de expulsá-lo", disse o presidente do partido, Paulo Pereira da Silva.

I CAIXEIRO... A agenda do chanceler Mauro Vieira, que por óbvio já inclui diversas viagens ao exterior, foi impactada pela necessidade de sua participação em reuniões para tratar da guerra entre Israel e o Hamas. Em apenas 25 dias, o ministro passou dez noites dormindo em aviões.

I ...VIAJANTE. Uma delas foi no voo comercial sem escalas mais longo do mundo, que dura 18 horas e vai de Cingapura a Nova York. Somente no período entre 7 e 31 de outubro, Vieira fez 13 trechos internacionais.

I DESAPEGO. O ministro aposentado do STF Ricardo Lewandowski doou 1.583 livros à Biblioteca Nacional, acervo reunido ao longo de seus 17 anos na Corte. São 1.077 livros sobre Direito e 506 de assuntos diversos, como literatura e poesia.

O Galope à Beira Mar: Casos e Acasos da Política e Outra Histórias, do ex-presidente José Sarney (MDB), integra a coleção.

I NEGÓCIO... Uma comitiva formada por 230 pessoas de 137 empresas brasileiras desembarca neste domingo em Xangai para participar da Missão Prospectiva China 2023. Liderada pela Fiesp, a delegação é a maior desde 2018 e vai visitar a principal feira da China para compra de produtos estrangeiros.

I ...DA CHINA. Os brasileiros conhecerão a sede da Alibaba, famosa pelo e-commerce. A missão reúne setores de alimentos e bebidas, construção civil, metalurgia, moda e serviços.

PRONTO, FALEI!

Rui Costa - Ministro da Casa Civil

"A criação do Ministério da Segurança não está na pauta. Nosso objetivo é identificar ações de responsabilidade do governo federal para conter o crime."

CLICK

Jean Paul Prates - Presidente da Petrobras

Com a ministra da Cultura, Margareth Menezes, apresentou projetos de valorização e investimento no setor, que devem ser executados pela estatal.

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA

Governo aproveita o feriado para contar votos da reforma tributária entre senadores

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Exceções devem elevar IVA a 27,5%

AMANDA PUPPO LUIZ ARAÚJO BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que as novas exceções previstas no relatório da **reforma tributária** que tramita no Senado aumentam a alíquota-padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em cerca de 0,5 ponto porcentual, na comparação ao que foi aprovado pela Câmara. Pelo texto da Câmara, a Fazenda havia calculado que a alíquota do novo imposto poderia variar de 25,45% a 27%. Agora, estima que ela pode chegar até 27,5%.

Esse patamar reforçaria a posição do Brasil entre os países com as maiores alíquotas de IVA no mundo. Entre os países integrantes da OCDE, o maior valor é o da Hungria, com 27%.

Noruega, Dinamarca e Suécia aparecem com alíquotas de 25%, ante 23% de Portugal e 21% da Espanha.

"Em relação à versão que saiu da Câmara, aumenta em cerca de 0,5 ponto, não chega a 28%. Como não reduziu exceção, e ampliou um pouquinho, amplia em cerca de 0,5 ponto", disse Haddad, após se reunir com o relator da **reforma tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM). "Demos a estimativa para a equipe técnica do Senado, porque isso tem de se tornar público. Como temos compromisso de não usar a PEC para aumentar a carga tributária, justamente para fazer a transição, todo mundo tem de saber dos impactos." Braga incluiu dez setores e atividades nas diversas listas com tratamentos diferenciados, como agências de turismo, telecomunicações, transporte aéreo e saneamento; além dos profissionais liberais, como médicos e advogados, que foram contemplados com um desconto de 30% do novo IVA.

"AJUSTES FINOS".

Haddad voltou a afirmar que a posição da Fazenda é por menos exceções no relatório da reforma. Ele ponderou, contudo, que os relatores precisam buscar votos para aprovação da proposta e destacou que, em relação à alíquota média atual, o novo sistema ainda representará uma redução de carga.

"A alíquota média é a mesma, porque a **reforma tributária** não tem aumento de carga. Como diminui litígio e sonegação, a alíquota média tende a cair porque tem ampliação de base." Braga reafirmou a expectativa de votar o texto na próxima semana, tanto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) quanto

no plenário do Senado.

"Fizemos análise ponto a ponto e estamos prontos para que, na semana que vem, estejamos deliberando, em primeiro e segundo turno." Segundo ele, a conversa com Haddad tratou de "ajustes finos" a serem feitos na proposta, alguns deles apenas "redacionais", com o objetivo de dar maior segurança jurídica.

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA
Exceções devem elevar IVA a 27,5%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

A Zona Franca na reforma tributária - CELSO MING

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



Braga: Uma Cide para a Zona Franca de Manaus

CELSO MING I / COM PABLO SANTANA

A solução encontrada pelo relator da **reforma tributária** no Senado, senador Eduardo Braga (MDB-AM), para manter os subsídios à Zona Franca de Manaus (ZFM) tem tudo para criar novas distorções.

A ZFM conta desde sua criação com isenções de **impostos** federais (PIS/Cofins e IPI) e do ICMS cobrado pelos Estados.

Em 2023, as renúncias tributárias do governo federal para as zonas francas deverão alcançar R\$ 35,5 bilhões.

Na **reforma tributária**, os atuais **impostos** sobre o consumo serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a ser arrecadada pela União; e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a encargo dos Estados. Não serão mais cobrados tanto na origem quanto no destino do produto ou do serviço, como é hoje, mas apenas no destino. Como é origem e quase não é destino de suas mercadorias, com os novos **impostos**, a ZFM perderia os incentivos.

Para evitar as perdas, a ideia inicial seria transferir do Orçamento da União para a ZFM recursos orçamentários equivalentes aos dos subsídios que seriam extintos. Mas Eduardo Braga, que é senador pelo Amazonas, portanto parte interessada, entendeu que a Zona Franca ficaria excessivamente dependente dos políticos que estariam mandando no País.

Por isso, decidiu pela criação de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que incidiria sobre todos os produtos de fora da Zona Franca que pudessem concorrer com ela. Assim, a Cide encareceria os produtos concorrentes, como outras motos e outras TVs, de modo a garantir sua competitividade.

A proposta agradou aos industriais locais. No entanto, cria problemas. A ZFM pode produzir qualquer coisa com os incentivos tributários atuais, menos armas, munições, bebidas alcoólicas e cigarros. Vai que uma empresa queira produzir camisetas ou produtos de limpeza na Zona Franca. Isso quer dizer que, a qualquer momento, o Congresso teria de iniciar novas discussões para incluir esses produtos na Cide para que eles tenham a mesma garantia de competitividade que os outros produtos da Zona Franca? É a pergunta que faz Vanessa Canado, coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper. "É uma metodologia complexa de aplicação e que depende do processo legislativo, que não é tão rápido.

Para garantir a competitividade da ZFM, os instrumentos financeiros e econômicos seriam mais efetivos", acrescenta ela.

Outra fonte de tensão sobreviria com a futura alocação dos recursos que fossem arrecadados por essa Cide. Nesse caso, teriam de ir para o desenvolvimento da região. Mas, como adverte o tributarista José Maria Arruda de Andrade, o histórico do País em iniciativas como essa mostra que foram sujeitas a desvios de todo o tipo. Enfim, a sugestão não aponta para uma solução indiscutível e sólida.

Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO
A Zona Franca na **reforma tributária**
O LIBERAL - BELÉM - PA
A Zona Franca na **reforma tributária**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Apoio de siglas de oposição ao governo federal supera 70%



Votações. Plenário da Câmara: quatro partidos autointitulados de oposição têm se alinhado ao governo Lula

MÉDIA DE ALINHAMENTO

Análise das votações do arcabouço fiscal, taxaço dos super-ricos, reforma tributária e MP dos Ministérios



EDITORIA DE ARTE

LUÍSA MARZULLO

Autointitulados partidos de oposição, Podemos, PSDB, Cidadania e Patriota têm demonstrado fidelidade ao Palácio do Planalto em votações recentes na Câmara dos Deputados. Em matérias caras ao governo Lula, como a taxaço dos super-ricos, aprovada na semana passada, e o arcabouço fiscal, o apoio dessas siglas foi superior a 70%, maior que de legendas da base como o PSOL e União Brasil.

Nessa ala que, pelo menos no discurso, se diz contra o petista, apenas o Partido Novo, com três deputados, tem se posicionado completamente avesso às propostas da gestão Lula. Já no PL de Jair Bolsonaro há um grupo governista de ao menos 30 parlamentares cristalizado.

Eles já integravam a sigla antes da chegada do ex-presidente e pertencem, em sua maior parte, às

regiões Norte e Nordeste, nas quais a esquerda tem um melhor desempenho eleitoral.

Este fato, contudo, não impediu punições por parte da direção da sigla. Em maio deste ano, Yury do Paredão (CE) foi expulso por ter "feito o L", gesto em alusão a Lula, ao lado de ministros do governo. A medida mais severa ficou restrita ao cearense, mas, após a votação da Medida Provisória que reestruturou os ministérios, outros oito deputados foram suspensos das comissões temáticas que integravam na Câmara por terem se posicionado a favor.

PERFIS DISTINTOS Nos demais quatro partidos, há dois perfis de parlamentares: os que integram o núcleo duro do bolsonarismo e aqueles que estão dispostos a dialogar com o governo federal. No Cidadania, dos quatro deputados no exercício do mandato, apenas Any Ortiz (RS) tem adotado postura mais incisiva contra a gestão petista.

Ao GLOBO, a deputada afirma que as bandeiras que defende são "completamente diferentes" das propagadas por Lula, principalmente na área econômica. Apesar de quase sempre votar contra o governo, ela diz não se considerar de oposição: - Sou independente: as pautas que foram positivas para o país e forem boas, vou apoiar e as que forem ruins, vou votar contra. Sou muito responsável, mas a agenda econômica tem sido horrível.

Do outro lado há nomes como Amom Mandel (AM). O jovem de 22 anos critica publicamente Lula e já o chamou de "serpente que encanta mas na verdade mente". Nas votações, no entanto, tem apoiado suas propostas.

No PSDB, há casos similares.

Candidato à Presidência nas eleições de 2014, quando disputou o segundo turno contra Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves é um dos que tem dado aval a propostas prioritárias para o governo. O tucano votou a favor da taxaço dos superricos e da **reforma tributária**, e se ausentou na análise do arcabouço fiscal.

Dos 14 deputados federais do PSDB, apenas um votou contra o arcabouço fiscal, três contra a taxaço dos super-ricos, dois contra a **reforma tributária** e

quatro contra a MP que reestruturou os ministérios.

Em outra toada, o partido tem em seu quadro de 14 parlamentares opositores ferrenhos como Geovania de Sá (SC) e Lucas Redecker (RS). Além de sempre votar contra o governo, Redecker assina pedidos de impeachment movidos pela oposição contra o presidente.

No Podemos e no Patriota, o contexto é o mesmo. Entre os opositores, há nomes como Magda Mofatto (Patriota- GO) e Maurício Marcon (Podemos-RS), que fazem parte da bancada ruralista.

Do Patriota, Dr. Frederico (MG) é o único que votou em todas as oportunidades contra o governo, já que Mofatto esteve ausente em algumas sessões.

Para Paulo Baía, sociólogo e cientista político da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o aceno de integrantes da oposição ao governo federal, muitas vezes, tem o objetivo de facilitar o acesso a cargos estratégicos e a liberação de emendas parlamentares.

- Esses parlamentares são porta-vozes de prefeitos, de vereadores, de deputados estaduais e, portanto, a sua participação no governo, mesmo que eles tenham um discurso opositor, é vantajosa para eles e para o governo, porque acabam votando em pautas do Executivo.

O resultado disso é que a política fica na "mesmice", sem grandes confrontos - disse ele.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Alterações vão de saneamento a imposto menor para médico e advogado

O relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM) sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) da **Reforma Tributária** sugere alterações em 15 temas, com destaque para a ampliação de exceções.

São os produtos e serviços que terão tratamento diferenciado no novo sistema de **tributos**, principalmente por meio de alíquotas menores (ou isenção total) do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

O relatório de Braga incluiu nas exceções os serviços prestados por profissionais liberais, como médicos e advogados. E ampliou o número de bens considerados essenciais, da cesta básica, que terão IVA menor.

Além disso, estão previstos regimes diferenciados para serviços de saneamento e de concessão de rodovias; telecomunicações; agências de viagem e turismo; e transporte coletivo de passageiros rodoviários intermunicipal e interestadual, ferroviário, hidroviário e aéreo.

O futuro IVA terá duas parcelas, o IBS, para estados e municípios, e a CBS federal.

Somadas, terão uma taxa "padrão", que servirá de referência para as alíquotas menores das exceções.

Economistas têm ressaltado que o ideal seria ter o mínimo de exceções, pois quanto mais taxas diferenciadas, maior terá que ser a alíquota padrão - que será cobrada na maioria dos bens e serviços. Isso porque o pressuposto é manter a arrecadação nos mesmos níveis de hoje. Para compensar a arrecadação que deixará de ser feita sobre os bens e serviços incluídos nas exceções, será preciso aumentar a cobrança sobre todos os demais.

No caso dos profissionais liberais, o relatório de Braga propõe um alíquota reduzida em 30% do IVA padrão.

Se a padrão for 25%, por exemplo, esses serviços pagarão 17,5%.

Boa parte desses profissionais tem CNPJ, ou seja, recebe como uma empresa. Os **impostos** pagos por eles não costumam superar 10% do faturamento das empresas -para aqueles cujas empresas estão no Simples nada mudará, já que o regime tributário

diferenciado para pequenas empresas será mantido. As profissões liberais que terão alíquota reduzida serão definidas em lei complementar.

No caso dos bens essenciais, o relatório do senador prevê dois tipos de cesta básica para fins de tributação: uma com produtos de primeira necessidade, com IVA zero, e outra um pouco mais ampla, com IVA reduzido.

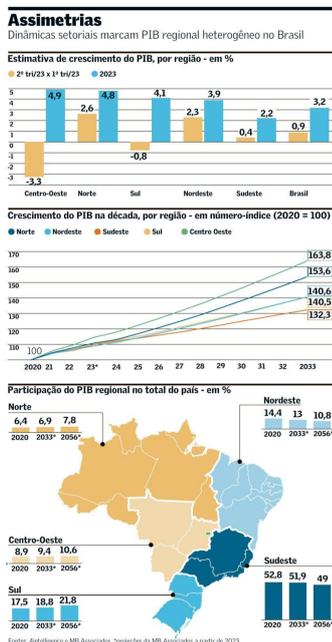
No setor automotivo, o texto prevê prorrogar, até 31 de dezembro de 2032, para empresas já habilitadas, benefícios fiscais para projetos aprovados até 31 de dezembro de 2024. Estes, contudo, serão reduzidos gradualmente, em 20% ao ano.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB do Norte surpreende, mas seca e demanda global são riscos



Bruno Lavieri: comportamento heterogêneo do PIB entre as regiões em 2023 deve se tornar mais homogêneo em 2024



Anaís Fernandes

Não é só o Centro-Oeste e a força de seu agronegócio que têm dado contribuição importante para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil neste ano. A presença de elementos menos dependentes do ciclo econômico doméstico - como a própria agropecuária, mas também a indústria extrativa - e de fatores ligados à força da renda e à resiliência do mercado de trabalho, como no setor de serviços, têm impulsionado a

atividade no Norte do país. A seca extrema na região e a desaceleração da demanda global, por outro lado, são riscos para esse cenário mais benigno, alertam economistas.

O crescimento da região Norte surpreendeu no segundo trimestre e, no ano, só deve ficar atrás do Centro-Oeste, estima a 4intelligence.

A consultoria busca reconstruir a metodologia do IBGE para o PIB das regiões a partir de dados pulverizados e de uma dezena de milhares de séries.

No segundo trimestre, o PIB do Brasil cresceu 0,9%, em relação aos três meses imediatamente anteriores. Mas a 4intelligence calcula que o PIB do Norte avançou 2,6%, à frente do Nordeste (2,3%) e do Sudeste (0,4%).

A região Sul registrou queda de 0,8%, e o Centro-Oeste, contração de 3,3%, estima a 4i, ambos influenciados pela relativa acomodação da agropecuária após o boom do primeiro trimestre.

Para o ano, a previsão da 4i é que o PIB do Brasil cresça 3,2%, mas o Norte deve avançar 4,8%, atrás apenas do Centro-Oeste, que crescerá 4,9%. O Sul e o Nordeste também apresentariam resultado acima da média nacional, com crescimentos de 4,1% e 3,9%, respectivamente. Em contrapartida, o Sudeste deve registrar desempenho inferior, de 2,2%.

"Os números mostram quão heterogêneo é o comportamento das regiões, e essa assimetria tem a ver com as dinâmicas setoriais", diz Bruno Lavieri, economista-chefe e cofundador da 4intelligence.

A agropecuária, por exemplo, puxa todas as regiões, mas as magnitudes são diferentes, aponta. "O Centro-Oeste é o mais beneficiado, mas o Norte também tem área plantada significativa, além do Sul. Já no Sudeste, mesmo que a região tenha uma produção agrícola relevan- ANA PAULA PAIVA/VALOR te, a participação no seu PIB é pequena", afirma.

A região Norte apresentou, segundo a 4i, o segundo maior crescimento agropecuário para o período de abril a junho: 4%, ante o primeiro trimestre, feito o ajuste sazonal, atrás do Sudeste, com crescimento de 6,6%. Sobre o Norte, a 4i destaca a previsão de

produção recorde de soja, com aumento da área plantada, e o fato de a região ter sido responsável por 22% do total de abates de carne bovina.

A força do agro conta parte importante da história da atividade no Norte, mas não é só isso.

O aumento da renda disponível das famílias também costuma ser bom para Estados como o Amazonas, observa Mauro Sá, professor do departamento de economia e análise da Universidade Federal do Amazonas.

A 4i nota que o aumento de 2,6% do **PIB** do Norte no segundo trimestre foi puxado pelo setor de serviços, com avanço de 3%, sendo o comércio responsável por 6,6%.

Além disso, há a indústria, mas sua composição e distribuição pela região é diversa, aponta Lavieri.

Na pesquisa mensal do IBGE para a produção industrial, a região Norte é representada por Amazonas e Pará. Neles, a indústria como um todo sobe 6% e 2,1%, respectivamente, no ano até agosto, na contramão da média da indústria brasileira, que recua 0,3%, em relação ao mesmo período de 2022.

Mas, enquanto no Amazonas a indústria de transformação avança 6,5%, a extrativa recua 1,1%. No Pará, ocorre o inverso: a indústria de transformação cai 3,9%, e a extrativa avança 3,2%.

Em períodos de expansão econômica do Brasil, a dinâmica do polo industrial amazônico tende a se beneficiar, diz Sá. "Isso ocorre apesar das incertezas com a **reforma tributária**, que deixam os investimentos em compasso de espera", pondera, em referência às dúvidas que pairavam a respeito da tributação na Zona Franca de Manaus.

No Pará, a grande influência é da indústria extrativa de minério de ferro. No **PIB** do segundo trimestre, a região Norte teve um crescimento de 2% da indústria geral, segundo Lavieri, "mas dá para ver que foi puxado pelo crescimento de 4,5% do Pará", afirma.

Esse quadro, no entanto, inspira cuidados. "A demanda tem perdido fôlego, porque o cenário internacional não é o mais favorável.

Os países desenvolvidos crescem menos, a China tem frustrado. Isso afeta um pouco o preço e também volumes [de exportação]", diz Lavieri. "Ainda assim, esse ano tende a ser bom em termos de volume", afirma.

Em 12 meses até setembro, o volume exportado da

indústria extrativa avança 19,6%, enquanto os preços recuam 15,4%, de acordo com dados do Indicador de Comércio Exterior (Icomex), da Fundação Getúlio Vargas.

"O preço é influenciado por vários fatores, não é só a demanda frustrada da China, mas o cenário global de aperto monetário fortalece o dólar e derruba os preços nominais", diz Lavieri.

Guardadas as devidas proporções, o Amapá também tem uma dinâmica econômica mais ligada à extração mineral, enquanto Tocantins e Rondônia se assemelham mais ao Centro-Oeste, por causa da expansão agrícola, diz Sá. "O Acre também tem características nesse sentido", afirma.

Para 2024, a 4i espera um crescimento mais homogêneo entre as regiões brasileiras, com a saída "desse cenário de fatores atípicos", diz Lavieri, em referência ao desempenho excepcional da agropecuária neste ano.

Olhando à frente, a seca extrema e o fenômeno climático El Niño colocam "um pouco de apreensão" com a parte agrícola do Norte, por exemplo, na região do chamado Matopiba, que inclui Tocantins, diz Sergio Vale, economista- chefe da MB Associados.

As condições climáticas adversas também podem atrapalhar a indústria. "Acho que pode arrefecer o resultado [da atividade no Norte] deste ano. A minha dúvida é em relação ao hiato de tempo", diz Sá. "É possível que alguns setores já tenham passado por cima desse problema, porque tem o período de produção que vai até setembro, para a Black Friday e o Natal", pondera.

Em um horizonte mais de longo prazo, o Centro-Oeste deve continuar sendo a região de maior crescimento, segundo Vale.

Mas o Norte também pode se beneficiar, apesar dos desafios de curto prazo.

Vale estima que o Centro-Oeste deve crescer 64% entre 2020 e 2033, e o Norte, 54%. Nordeste e Sul avançariam 41% cada um, e o Sudeste, 32%. "Em 2020, a soma dos PIBs do Norte e do Centro-Oeste equivaliam ao do Nordeste, mas, em 30 anos, a soma dos PIBs das duas regiões deverá ser quase o dobro do **PIB** nordestino", afirma.

Por causa das commodities, diz, tanto o Centro-Oeste quanto o Norte devem ganhar espaço em cima, um pouco, do Sudeste, mas principalmente do Nordeste. "Se a região não conseguir encontrar algo mais estrutural de longo prazo, produção para exportação

via acordos comerciais, por exemplo, não consigo achar um segmento que traga mais dinâmica para o Nordeste", diz Vale.

A consequência disso, segundo o economista, é política. "Peso econômico se traduz em peso política.

As duas regiões [Centro-Oeste e Norte] vão ganhar em termos políticos de forma importante nos próximos anos", afirma.

"Centro-Oeste e Norte vão ganhar em termos de peso político" Sergio Vale

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187704?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187704?page=1§ion=1)**

Lula "não aceita matar a galinha dos ovos de ouro" do investimento, diz Dias



Wellington Dias: "Nesses 20 anos do Bolsa Família, 64% dos filhos e filhas das famílias saíram da pobreza"

Fabio Murakawa e Renan Truffi

Ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias defendeu, em entrevista ao Valor, a investida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra a meta de déficit fiscal zero para 2024, feita há uma semana em um café com jornalistas no Palácio do Planalto.

Especialistas em contas públicas, porém, criticam a ideia de mudar a meta. Para eles, seria um golpe no novo arcabouço, indicando que o ajuste fiscal levará mais tempo para ser alcançado.

Dias reconheceu que um país com as contas equilibradas tem um ganho com a redução do risco e, dessa forma, também na queda dos juros.

No entanto, pontuou que o governo não abrirá mão da estratégia de somar investimentos públicos à tentativa de criar um ambiente favorável à multiplicação com investimentos privados. "Acho que o que o presidente não vai aceitar é matar a galinha dos ovos de ouro", afirmou.

O ministro soma-se, assim, a integrantes do núcleo político do governo que defendem o afrouxamento da meta prevista na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). Essa visão contraria o discurso do Ministério da Fazenda, segundo o qual o governo deve perseguir a meta por meio da aprovação no Congresso de

medidas que irão gerar novas receitas.

Alvo de especulações e de muito fogo amigo no processo da última **reforma ministerial**, ele sobreviveu no cargo e não esconde o desejo de continuar na Esplanada.

O ministro também reforçou sua posição contrária à divisão da pasta, algo cogitado dentro do Planalto para abrigar no governo mais integrantes do Congresso.

Dias prometeu levar até o fim do ano a fila de candidatos ao Bolsa Família a um patamar de normalidade histórica, de cerca de 300 mil famílias.

Mas disse que o benefício não deve ser reajustado no ano que vem, por causa da queda do preço dos alimentos verificada neste ano.

Na entrevista a seguir, o ministro conta também sobre sua passagem em um evento de combate à fome promovido pela ONU, na semana passada. E sobre como a segurança alimentar em Gaza foi debatida ocasião.

O tema também foi discutido em um encontro com o papa Francisco no Vaticano.

Valor: O presidente se colocou contra a meta de déficit zero. Isso pode significar mais gastos sociais?

Wellington Dias: Temos assegurado no planejamento os recursos necessários para o social. E o presidente compreende que, além do social, aqui tem um fator que ajuda no crescimento econômico. Ele sabe a importância de investimentos públicos somando-se a investimentos privados para alavancar a economia. O que ele diz é que é preciso fazer a economia crescer, porque com a economia crescendo cresce também a receita e ajuda no equilíbrio das contas. Quando você adota uma medida radical de cortes, reduz a capacidade de investimento, e isso tem impacto na própria meta de crescimento econômico.

Na minha visão, isso é uma avaliação correta do presidente Lula: quando trabalha um programa como o de habitação para os mais pobres, para a classe média, tem um efeito multiplicador na economia. Do outro lado, à medida que você faz investimentos em áreas como saúde, saneamento, ela também tem um

efeito econômico, reduzindo a própria despesa. Essa posição dele, com certeza, mais à frente, vai levar uma decisão sobre a meta fiscal.

Valor: Mas não é importante o equilíbrio das contas públicas?

Dias: Todo esforço, claro, é para o equilíbrio. Porque um país com as contas equilibradas tem um ganho com a redução do risco, tem um impacto direto, por exemplo, na redução dos juros. Porque o país também tem dívida, e o juro elevado impacta as contas públicas.

Porém, acho que o que o presidente não vai aceitar é matar agalinha dos ovos de ouro. A política de somar investimento público para criar um ambiente favorável à multiplicação com investimentos privados vai prosseguir.

Valor: O senhor acha que esse déficit zero é muito exagerado?

Dias: O objetivo do presidente Lula e coordenado pelo ministro Fernando Haddad e a ministra Simone Tebet [Planejamento] é alcançar o melhor resultado possível do ponto de vista do zeramento do déficit. O que o presidente deixa claro é que não é razoável retirar das áreas que dão resultado para um equilíbrio seguro das contas públicas, como é o crescimento econômico, porque isso teria um resultado ruim para as próprias contas públicas. Ele mantém uma posição firme de que o resultado social não pode ser um corte por cortar, mas tem que ser em razão da melhoria da vida das pessoas na rede de proteção social.

Valor: O Bolsa Família vai ter aumento real para o ano que vem?

Dias: O Bolsa Família tem uma lógica, repassar um valor que seja capaz de viabilizar a capacidade de compra de alimentos e outras necessidades para as famílias de mais baixa renda ou que não têm renda.

Ela é um socorro, ela é uma medida protetiva que tem um objetivo claro.

No próximo ano, nós vamos analisar vários indicadores. O preço do alimento, que cresceu muito no Brasil, teve redução? Há sinais de que sim, em razão de um plano safra mais organizado, com juros mais baixos, com custos mais baixos.

Estamos atentos aos efeitos das guerras, das mudanças climáticas, que são efeitos externos ao Brasil, porque dentro do Brasil nós temos um ambiente favorável à redução no custo de alimentos.

Valor: Se o principal balizador é o quanto as pessoas conseguem comprar de comida, o valor não deve ter reajuste. É isso?

Dias: Correto. O raciocínio é, o referencial é preço de alimentos.

Claro que também ele está integrado a outros objetivos. São 33 programas.

A preocupação número um, habitação. Por isso, o relançamento do Minha Casa, Minha Vida.

Se a gente repassa esse valor para uma família, quando ela precisa pagar aluguel, isso já compromete uma parte dessa renda. Se essa família é atendida pelo Minha Casa, Minha Vida, ainda sem pagar prestação, como ocorre no Bolsa Família, sobra mais dinheiro para alimentação e outras necessidades.

Valor: O senhor já tem falado de tirar o Brasil do mapa da fome até 2026. É esse o objetivo?

Dias: Dentro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que o Brasil é signatário, o Brasil reafirmou a posição de alcançar essa meta e, junto com isso, a redução da pobreza até 2030. O presidente Lula, agora, na comemoração dos 20 anos do Bolsa Família, fez uma recomendação para que pudessemos trabalhar todo o esforço para alcançar medições do Brasil fora do mapa da fome já até 2026. Isso aumentou a nossa responsabilidade, mas estou otimista. O Brasil vem, desde 2019, ano a ano, aumentando o número de pessoas na fome, ano a ano, tanto na medição brasileira como na medição da FAO. Em 2023, espero uma mudança dessa curva, em declínio.

Valor: O senhor já tem algum indicador de que a fome caiu no Brasil durante esses dez meses?

Dias: Temos um indicador do principal ponto, que é ter 92 % das famílias do Bolsa Família já fora da linha da pobreza, com renda, fruto de transferência e de trabalho, igual ou acima de R\$ 218 per capita.

Esse indicador é muito forte.

Valor: A fila do Bolsa Família estava em umas 600 mil pessoas. Como acabar com isso?

Dias: Veja só, sempre haverá fila.

O Bolsa Família tem como base um Cadastro Único. E o Cadastro Único é um cadastro vivo.

Todos os meses entram pessoas, todos os meses saem pessoas, conforme a regra.

Olhando para trás, no ano passado, nós chegamos a uma fila de 2,7 milhões de famílias, o pico de filas em 2022. Agora, a gente vem desde janeiro reduzindo essa fila. Em novembro, nós vamos ter nova redução da fila. Em dezembro, queremos chegar àquele patamar que é próximo da normalidade, em torno de 300 mil, 350 mil, que é um patamar histórico desde que foi criado o Bolsa Família.

Valor: O presidente entregou a Caixa, que faz os pagamentos do Bolsa Família, ao Centrão. Isso pode afetar a efetividade do programa?

Dias: Nós já tivemos alterações em ministérios, Turismo, Esporte, Portos e Aeroportos. E em cada uma destas áreas, nós, de alguma forma, temos uma relação com o MDS. O presidente é o mesmo, a política é a mesma, alteram-se as pessoas, mas a política, as metas, os objetivos, são aqueles que o presidente Lula assumiu na eleição de 2022. E, neste aspecto, o diálogo é muito franco com os que vêm para compor o governo. A Caixa presta importantes serviços para o MDS.

Os avanços que a gente solicitou vão prosseguir.

Valor: Esse controle orçamentário que saiu nos últimos anos do Executivo e foi para o Congresso prejudica as políticas sociais?

Dias: O ministro [de Relações Institucionais, Alexandre] Padilha, que coordena esta parte, tem dialogado com os líderes e os parlamentares da Câmara e do Senado na perspectiva de manter a regra das emendas individuais, de bancada e de comissão. Mas o governo sabe o que quer e aponta quais são suas prioridades para cada área.

Em 2023, a gente ainda pegou um Orçamento com restos a pagar do governo anterior. Mesmo assim, tivemos um diálogo com vários municípios e vários parlamentares e foi possível já uma modificação na perspectiva de direcionar recursos para as reais necessidades. Então, a exemplo do MDS, eu digo que os demais ministérios, nesse aspecto, têm aí um cardápio de alternativas para que os parlamentares possam colocar suas emendas.

Valor: Mas o senhor acha que eles estão assimilando isso ou ainda há muita divergência com os objetos do governo?

Dias: Daquilo que tivemos de recursos direcionados pelos parlamentares no ano-base 2023, eu digo que tem tido total compreensão na perspectiva, até porque essas prioridades são pactuadas com municípios, com Estados, com as entidades. O parlamentar quer

colocar recursos para onde o povo realmente precisa.

Valor: O senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da **reforma tributária**, apresentou uma ideia de alíquota zerada para itens da cesta básica e redução de 60% para uma versão estendida dela. Como o senhor vê essa ideia?

Dias: O presidente quer redução no preço geral dos alimentos para todas as classes sociais serem beneficiadas.

Do ponto de vista do MDS, eu tenho um olhar especial para a cesta básica de alimentos. Porque aqui está um conjunto de produtos que o público [é o] do Cadastro Único, o público do Bolsa Família.

É claro que pode alguém do Bolsa Família comprar uma picanha, mas eu estou lá olhando o preço do frango, do ovo, da carne em geral, ou seja, não apenas de uma situação que normalmente do dia a dia é uma exceção. Há necessidade de, sim, ter um olhar que leva em conta os mais pobres, mas também a classe média de forma especial.

Acho que esse é o sentido da proposta que eu considero muito importante, apresentada pelo senador Eduardo Braga. A classe média, a classe alta têm condições de, no dia a dia, comprar o alimento necessário.

A preocupação aqui, portanto, são a classe D e a classe E. Se carregar na tributação, aumenta o preço do alimento. E é isso que não queremos.

Valor: A briga vai ser, então, no projeto de lei complementar, que vai definir quais são os itens dessa cesta básica para a classe C, D e E? Ou a vai ser para alterar o texto agora?

Dias: Nós tínhamos toda uma preocupação no agora, porque quando se tentou colocar já a definição na Constituição do que seria a cesta básica, isso causou ali um risco muito grande. O texto que está ficando melhor, porque ele leva em conta a tradição alimentar regional, leva em conta esse conceito do alimento saudável e ainda garante que a gente tenha um custo de transporte menor. A população, quando vai comprar, a dona de casa especialmente, ela lembra do que vai servir na mesa, mas ela olha também o que é que tem preços mais baixos. Por isso que esse cuidado com a cultura alimentar de cada região do país é fundamental.

Acho que esse caminho tem duas etapas, uma primeira é o conceito, uma segunda, aí sim a definição do que é a alimentação. Acredito que foi uma boa equação.

Valor: A Esplanada dos Ministérios tem senadores como o senhor, Renan Filho, Flávio Dino e Camilo Santana. Para alguns, isso enfraquece a base do governo no Senado.

Concorda com essa análise?

Dias: Esses são líderes que também têm uma experiência executiva, e alguns anteriormente no Parlamento, que são importantes do ponto de vista do Executivo. Nós temos um conjunto de lideranças com experiência nesse diálogo e estamos também buscando ajudar mesmo daqui. Mas nosso maestro é o ministro Alexandre Padilha, e é o presidente Lula que tem o poder de decisão sobre onde podemos contribuir melhor.

Valor: Mas nessa recente reprovação do indicado à Defensoria Pública da União, com todos esses pesos-pesados ali, será que o governo teria uma derrota tão acachapante?

Dias: O presidente Lula, de forma transparente, foi a público e disse que ele foi alertado sobre o risco que havia na escolha. Em qualquer situação, com qualquer composição, o Parlamento é verdadeiramente autônomo. Estando cada um de nós aqui no Executivo ou lá no Legislativo. Não estranho que se tenha aqui e acolá alguma situação em que o Congresso tenha posição diferente daquela que o Executivo apresentou.

Valor: Também já se falou muito em dividir o MDS para entregar uma parte ao Centrão. O que o senhor acha dessa ideia?

Dias: O presidente Lula já foi a público e deixou claro que será mantido o nível de organização que fez esse modelo brasileiro ser referência para mais de 82 países.

Veja que nesses 20 anos do Bolsa Família, nós temos estudos também divulgados agora recentemente em que 64% dos filhos e filhas das famílias saíram da pobreza.

Ou seja, aquela geração que lá atrás era criança, agora já com idade mais avançada, superou a pobreza, interrompeu uma história de pobreza na família. Eu conto isso para explicar que Bolsa Família não é só transferência de renda. Ele está integrado com a proteção à saúde, com um conjunto de obrigações que protegem a própria criança. Não é possível fazer [política social] só com uma área do Bolsa Família. Tudo isso foi quebrado [durante o governo Bolsonaro].

A experiência anterior mostra que é um caminho que

na prática levou o Brasil à situação que nós estamos.

Eu digo que quebrar em dois ou três pedaços o MDS é quebrar a política que vem dando certo. Então, temos hoje uma posição pública do presidente de que os sistemas vão trabalhar juntos.

Valor: O senhor já foi alvo de muito "fogo amigo" dentro do governo.

Deseja permanecer no ministério até o fim do mandato de Lula?

Dias: Eu estou animado para seguir adiante, mas o meu comandante é Luiz Inácio Lula da Silva.

Valor: O senhor contou que a questão da fome em zonas de conflitos foi discutida no evento na sede da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em Roma, na semana passada.

O que foi dito sobre isso?

Dias: Teve um relatório apresentado pela representação da Grécia.

Ele declarou que precisava de uma posição firme, que não era razoável o uso de boicote à entrada de alimento, água, combustível em Gaza porque isso estava colocando em risco a vida das pessoas que ali estão. E [também se discutiu] abastecimento de água, não permitindo que isso fosse utilizado como instrumento de guerra.

Valor: Ou seja, a fome como instrumento de guerra...

Dias: Corretamente. Isso não era razoável. Esse problema não tem lá na guerra Ucrânia-Rússia, conforme foi relatado. É um problema de Gaza. Verificado nessa região, principalmente Gaza.

Valor: O senhor esteve com o papa também. Como foi o encontro?

Dias: Tive a oportunidade de estar com o papa Francisco, juntamente com o ex-presidente da FAO e ex-ministro aqui da área reasocial, o Francisco Graziano. E o papa manifestou o quanto para ele tem sido destacadas as posições do Brasil, tanto em relação ao combate à fome, à redução da pobreza, sobre a posição em direção à paz nas regiões de guerra e ainda de que o mundo deve priorizar medidas para conter as mudanças climáticas.

Particpei da celebração que ele faz às quartas-feiras. Ele dirigiu uma palavra apelando para que pudesse ter uma trégua, uma busca de um entendimento para a paz nessa região, Israel, Gaza, Cisjordânia.

"Há necessidade de um olhar que leva em conta os mais pobres, mas também a classe média"

"Não estranho que aqui e acolá o Congresso tenha posição diferente da do Executivo"

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Lula 'não aceita matar a galinha dos ovos de ouro' do investimento, diz Dias

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187704?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187704?page=1§ion=1)

Alíquota do IVA sobe 0,5 ponto, diz Haddad



Haddad: apesar da elevação do IVA, carga tributária total não vai aumentar Eduardo Braga: fundo para os Estados se mantém no limite de R\$ 60 bilhões

Rafael Bitencourt, Caetano Tonet e Larissa Garcia

Pouco mais de uma semana após a apresentação do parecer da **reforma tributária** pelo relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o texto final deve contar com o aumento de 0,5 ponto percentual em relação à versão aprovada na Câmara em julho. A faixa de cobrança do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) definida anteriormente variava de 25% a 27% e agora poderá chegar a 27,5%.

O aumento projetado pelo ministro considera exceções oferecidas a setores específicos. "Em relação à versão que saiu da Câmara, aumenta em cerca de meio ponto", disse Haddad a jornalistas nesta quinta-feira (2) após reunião com Braga. Questionado se as mudanças no Senado poderiam fazer a alíquota alcançar 28%, ele garantiu que "não chega a isso".

A previsão é que a proposta seja votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na próxima terça-feira (7) e que siga para o plenário na quarta (8) para o primeiro turno e na quinta-feira (9) para o segundo turno. Braga apresentou seu parecer no último dia 25.

Entre as principais mudanças em relação ao texto aprovado na Câmara estão a criação de uma trava para o crescimento da carga tributária sobre o consumo, a ampliação do Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional (FNDR) de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões, a restrição do número de produtos da cesta básica que terão alíquota zero e novas regras para o imposto seletivo, o chamado "imposto do pecado".

Braga também inseriu uma nova proposta de divisão do fundo, com 70% dos recursos distribuídos segundo os critérios do Fundo de Participação dos Estados

(FPE) e 30% com base nos Estados mais populosos. Outra mudança foi transformar o conselho federativo em comitê gestor, que ficará sem a possibilidade de ter iniciativa de lei. Esse era um dos principais pontos de atrito na Casa.

O texto do Senado incluiu novos setores entre as exceções, como agências de viagem, concessão de rodovias, missões diplomáticas, serviços de saneamento e telecomunicações, que terão regimes específicos.

Após a reunião com Haddad, o senador sinalizou que o FNDR continuará com o valor de R\$ 60 bilhões. Na semana passada, o relator havia indicado que acataria o pleito de senadores e governadores e aumentaria os recursos para R\$ 75 bilhões.

"O fundo regional se mantém em R\$ 60 bilhões", declarou Braga a jornalistas após o encontro.

Para rebater críticas, o parlamentar afirmou que o Senado não aumentou o número de exceções na reforma. "O Senado, metricamente, fez a redução de algumas exceções e incluímos algumas que são absolutamente necessárias, entre elas saneamento público", defendeu. "Estabelecemos a revisão dos benefícios a cada cinco anos", acrescentou.

Braga destacou que, com a trava relacionada ao **PIB**, para ocorrer um aumento na carga tributária é preciso ter crescimento econômico. "Garantimos uma trava constitucional para que não haja aumento de carga tributária", disse. "A trava garante a neutralidade do tributo sobre o povo brasileiro." Depois da reunião, Haddad também ressaltou que a equipe econômica sempre foi contra criar exceções ao sistema tributário, mas, para garantir condições de aprovar o texto, foi preciso ceder.

"A posição [do Ministério] da Fazenda é conhecida desde o começo, quanto menos exceções melhor para o país", afirmou. Ele, contudo, reforçou o discurso pragmático em defesa da estratégia de aprovação da reforma.

"Mas à luz da situação atual, onde temos 27 sistemas tributáveis no país, cada Estado tem o seu. Fora as decisões judiciais, que não são inequívocas, são equívocas, nós entendemos que para você compor uma maioria, depois de 40 anos de tentativa, você vai ter que contar voto", ponderou o ministro.

Para ele, a tendência é que o texto da **reforma tributária** seja aprovado no Senado com um número de votos favoráveis superior ao mínimo exigido para aprovação de Proposta de Emenda Constitucional (PEC). "Precisamos de 49 votos para aprovar uma PEC, mas queremos passar de 60 votos, como fizemos com quase tudo que aprovamos ao longo deste ano", disse.

O otimismo com aprovação da **reforma tributária**, com alguma margem de votos a favor, vem da maneira como foi feita a negociação com diferentes setores representados no Congresso. Isso, admite, levou a ampliar as exceções oferecidas a segmentos específicos da economia, mas garantiu maior apoio à proposta.

Haddad assegurou mais uma vez que a **reforma tributária** a ser aprovada no Congresso não resultará em aumento de carga atual, o que oneraria setores da economia e produtos e serviços para a população. "A gente tem um compromisso de não usar a PEC para aumentar a carga tributária (...) Em relação à alíquota atual, ela cai para a grande maioria dos setores", afirmou.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Alíquota do IVA sobe 0,5 ponto, diz Haddad

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187704?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187704?page=1§ion=1)**

Isenção para nutrição animal elevaria PIB, diz estudo

José Florentino De São Paulo

Isentar produtos de nutrição animal para bovinos de PIS/Cofins aumentaria gradualmente o Produto Interno Bruto (**PIB**) do país em quase 1% até 2030, concluiu estudo encomendado pela Associação Brasileira de Indústrias de Suplementos Minerais (Asbram). O estudo indicou que a cada R\$ 1 em isenção haveria um aumento de R\$ 1,49 no **PIB**. Atualmente, as cerca de 800 empresas do setor pagam R\$ 275 milhões em PIS/Cofins.

"Esse é o efeito acumulado, mas a redução dos preços dos alimentos tende a ser muito mais rápida.

Porque é um setor com muita competição. Em um ou dois anos, já começaríamos a senti-lo", afirma Joaquim Ferreira Filho, professor do Departamento de Economia da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq/USP), que comandou o estudo.

O presidente da Asbram, Juliano Sabella, diz que a perda de arrecadação será recompensada por ganhos sociais. "É um benefício sistêmico, porque o que a pecuária ganha acaba sendo repassado ao longo da cadeia", diz.

De acordo com a entidade, o volume de produtos de nutrição animal usados no Brasil é suficiente para 100 milhões de bovinos, menos da metade do rebanho total, se distribuídos nas medidas recomendadas.

"E o suplemento mineral tem benefícios comprovados para elevação da produtividade", afirma. Esse aumento no rendimento da pecuária também teria impactos no ambiente, ao reduzir a pegada de carbono da atividade.

Sabella observa que defensivos, fertilizantes e sementes, assim como produtos para nutrição de aves e suínos, já são isentos desses **impostos**.

Mas os **tributos** incidem sobre a pecuária de corte e leite.

Segundo ele, há dois projetos de lei tramitando no Congresso sobre o tema, mas que estão parados pelo menos desde as eleições. Para engrossar o coro, a associação tem chamado para a conversa entidades que representam os pecuaristas e membros da Frente

Parlamentar da Agropecuária (FPA).

A expectativa é de que [a isenção] entre no escopo da **reforma tributária** e seja aprovada "rapidamente", diz Sabella.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187704>

Guilherme Mello: Guerras e juros afetam crescimento do país

Vicente Nunes - Correspondente

+

Lisboa - O governo vai revisar as projeções para a economia brasileira neste ano e no próximo, levando em conta o quadro internacional mais adverso, agravado pela guerra entre Israel e o grupo Hamas, que inflama o Oriente Médio. Segundo o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, os indicadores macroeconômicos do Brasil têm se mostrado resilientes, mas o cenário é mais desafiador hoje do que era seis meses atrás, sobretudo porque, além dos conflitos geopolíticos, houve um forte aumento dos juros nas economias desenvolvidas para combater a **inflação**.

É evidente que sempre há algum tipo de impacto que nós temos de acompanhar, para entendermos como esses elementos externos vão colocar obstáculos ao processo de crescimento brasileiro. Hoje, ainda não temos clareza de quanto tempo vão durar os conflitos, qual será a dimensão deles, quanto tempo vai durar a taxa de juros elevada no mundo. Então, é muito difícil falar em impactos quantificáveis neste momento, diz Mello. Ele ressalta que as projeções atuais, que serão atualizadas ao longo de novembro, apontam para avanço de 3,2% no Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano, e de 2,3% no de 2024.

Cauteloso, para não adicionar mais lenha na fogueira das discussões sobre os rumos das metas fiscais traçadas pelo governo, o secretário assegura que, no entender dele, nada mudou em relação ao que foi anunciado logo nas primeiras semanas de governo pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de déficit zero no ano que vem. Há uma disputa aberta no governo entre Haddad e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, que tem defendido junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um déficit de até 0,5% do **PIB** em 2024, ano de eleições. Lula verbalizou essa proposta ao defender que não haja cortes no Orçamento da União.

A nossa agenda continua sendo a de recomposição da base fiscal, combatendo distorções tributárias e benefícios indevidos e promovendo justiça fiscal, tributando aqueles muito ricos, que não contribuem na medida que deveriam. Estamos falando em retomar um nível de arrecadação, por exemplo, similar ao que aconteceu no ano passado, em que as receitas federais líquidas somaram 18,7% do **PIB**, explica

Mello. Na opinião dele, se o governo estivesse com esse nível de receitas, o déficit nas contas públicas seria de 0,3%, no máximo 0,4%, do **PIB** neste ano. Então, estaríamos muito próximos da meta zero, frisa, reforçando que recomposição de receitas não quer dizer aumento de **impostos**.

Veja, a seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao Correio durante o Fórum Futuro ESG, promovido pelo Fórum de Integração Brasil Europa (Fibe).

Desde o início do segundo semestre, indicadores antecedentes têm mostrado desaceleração da economia. O mundo vinha com uma guerra entre a Ucrânia e a Rússia e, agora, há o conflito entre Israel e o Hamas, no Oriente Médio. Como isso pode impactar o crescimento do Brasil?

O cenário para o mundo, e também para o Brasil, é mais desafiador, hoje, do que era seis meses atrás. O acúmulo de conflitos geopolíticos e de guerras é um fator, mas não é o único. O próprio processo de estabilização inflacionária nos Estados Unidos, que tem se mostrado mais longo do que o inicialmente esperado, trouxe também o elemento das taxas de juros mais elevadas nos países centrais por mais tempo. Isso tem impacto sobre o fluxo de capitais, sobre as decisões de investimento e, eventualmente, sobre a taxa de câmbio. Os indicadores econômicos do Brasil têm se mostrado resilientes em meio a esse quadro desafiador. Mas é evidente que sempre há algum tipo de impacto que temos de acompanhar para entendermos como esses elementos externos vão colocar desafios e obstáculos ao processo de crescimento brasileiro. Ainda não temos clareza do quanto vão durar os conflitos, qual será a dimensão deles, quanto tempo vai durar a taxa de juros elevada no mundo. Então, é muito difícil falar em impactos quantificáveis neste momento.

Qual é a previsão atual do Ministério da Fazenda para o crescimento?

A última grade de parâmetros que nós soltamos previa 3,2% de crescimento para este ano e de 2,3% para o ano que vem.

O senhor acha possível manter essas projeções?

Possível é. Mas, principalmente no âmbito internacional, o balanço de riscos pendeu mais para o negativo do que para o positivo. O cenário internacional se agravou e cria mais dificuldades para as economias de todo o mundo crescerem. Estamos acompanhando os indicadores domésticos, mas também os internacionais. Quando soltarmos a nova grade de parâmetros, provavelmente neste mês, os números vão refletir esse novo cenário.

O Banco Central promoveu mais um corte nos juros, para 12,25% ao ano. Ainda é uma taxa alta para os parâmetros do Brasil?

É uma taxa elevada. A política monetária continua no campo contracionista e ficará assim por um tempo. O próprio Banco Central ressalta isso nos seus comunicados. Mas acreditamos que há espaço para o Banco Central trazer essa taxa para muito próximo da taxa neutra já no ano que vem. Agora, repito, toda a condução da política econômica tem de levar em conta o cenário global. Então, conforme vão aumentando os riscos lá fora, temos um trabalho mais refinado de avaliar o impacto de cada um desses riscos. Mas, me parece muito claro que ainda há bastante espaço para que a autoridade monetária avance na redução dos juros, sem que isso prejudique qualquer esforço, seja de estabilização inflacionária, seja na taxa de câmbio.

O BC vem ressaltando nos comunicados do Copom - e reforçou isso nesta quarta-feira - a importância de se manter o ajuste fiscal. Mas está claro o debate no governo sobre abrir mão do déficit zero em 2024 e permitir um rombo de até 0,5% do **PIB**. Como vê essa questão?

Eu acho que, na questão fiscal, nós endereçamos a nossa estratégia e o nosso esforço desde o início do novo governo do presidente Lula. Nas primeiras semanas, o ministro Fernando Haddad comunicou qual seria a agenda, a recomposição da base fiscal, combatendo distorções tributárias e benefícios indevidos e promovendo justiça fiscal, tributando aqueles muito ricos, que não contribuem na medida que deveriam.

Mas essa agenda está mantida?

Essa agenda prossegue. A agenda está no Congresso Nacional. A grande discussão que se tem junto ao mercado financeiro e na sociedade como um todo é sobre a velocidade do processo de recuperação das receitas. E, aqui, enfatizo a palavra recuperar, recompor, porque não estamos falando em aumento. Estamos falando em retomar um nível de arrecadação, por exemplo, similar ao do ano passado, em que as receitas federais líquidas somaram 18,7% do **PIB**. Se tivéssemos isso neste ano, o nosso déficit seria de

0,3%, no máximo 0,4%. Então, estaríamos muito próximo da meta zero. Nós estamos querendo recompor, mas não na base do aumento de **tributos** e, sim, na base de fechar os gargalos, corrigir distorções e promover a justiça tributária.

Então, não haverá aumento na carga tributária?

Exato. No passado, o Brasil já teve períodos em que houve aumentos expressivos de carga tributária, de cinco, seis pontos percentuais do **PIB**, para promover um esforço de recuperação das contas públicas. Não estamos tratando de nada disso, mas de retomar um nível de arrecadação que tivemos muito recentemente. Em vez de retomar isso com receitas extraordinárias, queimando patrimônio, queremos retomar a arrecadação de maneira estrutural, ao mesmo tempo em que se promove justiça fiscal e que se combate as distorções do sistema tributário.

É possível realmente seguir na direção traçada, de recomposição das receitas sem elevar a carga tributária?

Se conseguirmos avançar nessa agenda, estou muito tranquilo de que vamos caminhar no sentido da recuperação do superávit primário ao longo dos próximos anos, que é exatamente o nosso plano. E o país vai sair, além de mais estável do ponto de vista macroeconômico, mais competitivo, menos desigual. Então, é uma agenda de ganha-ganha, digamos assim.

Independentemente de ter déficit de zero ou de 0,5% do **PIB** no ano que vem, o que importa é a trajetória das contas públicas ao longo do tempo?

O que eu reforço aqui é sempre o plano de voo, que está mantido exatamente como a gente falou desde o início, que é recompor a base fiscal do Estado, combatendo distorções e privilégios, inclusive fazendo uma **reforma tributária** que vai melhorar a eficiência e a competitividade do Brasil. E fazer isso sem precisar afetar negativamente as políticas sociais, as políticas públicas, e encontrar, ao longo do tempo, a necessária estabilização da dívida pública a partir de um maior equilíbrio entre essa base arrecadatória, recomposta de maneira justa, e a preservação e o fortalecimento das políticas públicas.

O governo está trabalhando em um projeto para atrelar o hedge (seguro) cambial a projetos de investimentos com compromissos ambientais. Como será isso?

É um instrumento que reputamos como muito importante para viabilizar a atração de investimentos internacionais para os projetos de transformação ecológica. Todos sabem que o Brasil tem muitas

vantagens comparativas em vários setores. Porém, temos de viabilizar, num mundo em que há cada vez mais competição por investimentos, os instrumentos que realmente garantam que esses projetos sejam realizados e que nós consigamos utilizar o vetor da transformação ecológica como um pilar fundamental do processo de desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Como vai funcionar esse hedge?

Os detalhes operacionais o ministro ainda vai anunciar no momento propício, mas a ideia fundamental é que se consiga minimizar, para os investidores, os riscos extremos de volatilidade cambial. Agora, como isso vai ser constituído ainda está em debate com as equipes técnicas.

O Brasil está preparado para enfrentar os impactos da mudança climática? O senhor mesmo diz que o mundo chegará, ainda neste ano, ao aumento de 1,5 grau na temperatura média, o que estava previsto para 2030.

Existe uma possibilidade, que não é pequena, de você alcançar esse número, se não neste, nos próximos anos. E o Brasil colocou a agenda da transformação ecológica no centro da agenda do desenvolvimento, exatamente para o país se preparar do ponto de vista de oportunidades que se abrem para novos setores, novas tecnologias e mais emprego de melhor qualidade. Também visa preparar o Brasil para os impactos que já estamos vivendo: enchentes no Rio Grande do Sul e, agora, no Paraná; seca no Norte, no Nordeste.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/11/6530497-guilherme-mello-guerras-e-juros-afetam-crescimento-do-pais.html>

Bernard Appy: IVA será alto, mas menor que o imposto atual

Henrique Lessa

+

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, reconhece que a alíquota do Imposto de Valor Agregado (IVA) terá um valor elevado, em função das exceções incluídas no Parlamento. Mas entende que, ainda assim, será menor que o atual. A avaliação foi feita ao Podcast do Correio. A alíquota vai ser alta, mas vai ser mais baixa do que se tem hoje. Se paga por um telefone celular, por exemplo, por volta de 45% de imposto, sem que se saiba que estamos pagando tudo isso de imposto, explicou. Appy enfatizou que a carga tributária se manterá, mas prometeu que os ganhos em produtividade trarão uma queda nos preços ao consumidor final. O secretário afirmou que não há milagre: se amplia a alíquota ou se reduz o gasto, algo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já disse que não quer fazer. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O objetivo da **Reforma Tributária** é simplificar. Como vai afetar o dia a dia das pessoas?

A mais perceptível, é que, agora, ele vai saber quanto está pagando de imposto em qualquer bem ou serviço. Uma das características da **Reforma Tributária** é que o consumidor, finalmente, vai saber quanto está pagando de imposto. Mas o efeito mais importante é o menos perceptível, que é sobre o crescimento da economia brasileira com a redução de custos para as empresas. Isso vai significar mais empregos e, no longo prazo, menores preços para o consumidor. No Brasil, por várias falhas, o sistema tributa investimento e exportação, tirando a competitividade da produção nacional. Por isso, o Brasil produz menos do que poderia e tem menos investimentos, menos fábricas. Estamos falando de um aumento do **PIB** brasileiro de 12 pontos, em 15 anos, só com a reforma.

A oposição diz que vai aumentar os **impostos**.

A reforma é feita de forma a manter a carga tributária global. Então, aquilo que se arrecada de imposto, hoje, como proporção do **PIB**, vai se manter. O consumidor está pagando o imposto e está pagando pela ineficiência do sistema atual.

O governo defendia o cashback. Isso morreu?

O projeto que está em discussão é do Congresso. O

que o governo está fazendo é apoiar para viabilizar a aprovação. É verdade que o projeto original, a PEC 45, não tinha nenhuma exceção, a não ser algumas de caráter técnico. Isso seria o ideal e usar o máximo possível o cashback na devolução do imposto para as famílias. Mas como o Congresso optou por ter várias exceções, isso reduziu o espaço para a devolução desse imposto. Vai ter menos espaço, mas ainda vai ter algum. O relatório do Senado definiu que vai ter devolução na conta de luz para as famílias de baixa renda, assim como parte da cesta básica.

Qual será a alíquota do IVA? Vemos em outros países entre 20% e 25%. Aqui, algumas projeções falam em quase 30%. Teremos o IVA mais caro do mundo?

A pergunta que temos que fazer é: quanto pagamos de imposto quando compramos um celular hoje? Nossa estimativa é que, se não tivesse exceção alguma, a alíquota ficaria entre 20,7% e 22%. Com as exceções introduzidas, foi para algo entre 25,5% e 27%. A alíquota vai ser alta, mas vai ser mais baixa do que a gente tem atualmente.

Por que o governo não define a alíquota?

Têm vários fatores que afetam a alíquota, que vão depender da regulamentação da **Reforma Tributária**. Como ela mantém a carga tributária total, quanto mais arrecadar de imposto seletivo, menor vai ser alíquota da CBS. A regulamentação do imposto seletivo ainda vai ser feita por lei complementar. Outro fator é a sonegação e a inadimplência, que a gente espera que diminua com o novo sistema, com uma cobrança mais eficiente. Agora, a gente não consegue saber exatamente. Por isso, seria uma irresponsabilidade querer cravar uma alíquota.

Alguns estados aumentaram o ICMS para não perder arrecadação no IVA.

Na verdade, a reforma vai mudar a distribuição da contraparte do ICMS. Isso afeta a distribuição da arrecadação entre estados e municípios, mas tem uma transição extremamente longa, em que uma parcela decrescente da arrecadação é distribuída conforme a participação dos entes na arrecadação. Agora, aumentar a alíquota do ICMS dizendo que é para poder ter uma melhor base de participação, ao longo dessa transição, não é verdade - vamos ser claros.

Nenhum governador quer ter o custo político de aumentar alíquota para poder favorecer o governador que vai estar lá em 2033. Os estados estão aumentando a alíquota, hoje, porque perderam muita arrecadação no ano passado, com a limitação da alíquota incidente sobre eletricidade, telecomunicações e combustíveis.

Mas o presidente também está empenhando capital político. Mesmo com efeitos para depois do governo, ele vai tentar a reeleição.

Espero que o atual governo tenha continuidade, mas você tem razão. O grosso do efeito da **Reforma Tributária** não é imediato. O governo está fazendo uma reforma que vai beneficiar o Brasil no longo prazo, o que é importante. O governo está sinalizando que está investindo capital político para fazer algo que não vai aproveitar todo efeito político positivo. Mas tem, sim, algum efeito positivo agora, porque a aprovação da reforma tem um efeito sobre as expectativas. No curto prazo, sobre os investimentos, sobretudo os externos, tem efeitos sobre a taxa de câmbio, sobre os juros de longo prazo, o efeito de antecipação da tributária gera mais crescimento.

Como estão as negociações da reforma no Senado?

O senador Eduardo Braga tem feito um trabalho muito importante de construção de um ambiente político favorável à aprovação. Fazemos um trabalho de apoio ao que o senador tem feito para viabilizar a aprovação. Inclusive, o ministro Fernando Haddad tem participado ativamente das negociações.

Há tempo hábil até o fim do ano?

Acredito que sim, acho que está sendo feito um trabalho para viabilizar a aprovação ainda este ano.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/11/6530489-bernard-appy-iva-sera-alto-mas-menor-que-o-imposto-atual.html>

Análise: Haddad no fogo cruzado entre o PT e o Centrão

Luiz Carlos Azedo

+

Como diria Aparício Torelly, o humorista Barão de Itararé, se dependesse apenas da aerodinâmica, o besouro não poderia voar. É mais ou menos o que está acontecendo com a proposta de deficit zero para o Orçamento da União de 2024. É um objetivo estratégico para a equipe econômica resolver a crise fiscal, nos marcos do novo arcabouço aprovado pelo Congresso, e conseguir consolidar a rota de retomada do crescimento com a inflação dentro da meta de 3% ao ano.

Essa meta está valendo para 2024, 2025 e 2026, conforme decisão tomada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), e serve como eixo de atuação do Banco Central (BC), que tem na taxa de juros sua principal ferramenta para conter a inflação. A indefinição sobre a política fiscal do governo, a partir da revelação feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o deficit zero não será atingido, desestabilizou as negociações entre a equipe econômica e o Congresso.

Hoje, está prevista uma nova conversa entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, que ontem deu novas declarações de que a meta de deficit zero será mantida pelo governo. Será mesmo? Essa é a interrogação do mercado, cuja resposta depende da aprovação da Reforma Tributária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - o relator, deputado Danilo Fortes (PP-CE), ontem conversou com integrantes da equipe econômica.

O pior dos mundos é a incerteza. O governo não tem uma posição clara e só temos 20 dias para aprovar a LDO. Tenho uma visão crítica em relação à expectativa criada em relação ao deficit zero. Sou contra aumentar impostos e, também, não concordo com o aumento de subsídios, explicou Fortes, que pretende apresentar seu relatório sobre a LDO em duas semanas.

Novas exceções

Ontem, em pleno feriado, Haddad se reuniu com o relator da Reforma Tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), que incluiu no texto da novas exceções, que representam um aumento de 0,5 ponto

nos subsídios em relação ao texto aprovado pela Câmara. Segundo os técnicos da Fazenda, esses benefícios vão elevar a alíquota do futuro IVA (Imposto sobre Valor Agregado) para 27,5%.

Ao sair do encontro, Haddad disse que a posição da Fazenda é sempre restritiva às exceções, mas compreende as dificuldades dos relatores da reforma no Senado e na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Segundo o ministro da Fazenda, eles sabem das dificuldades, sabem dos grupos de interesse que se manifestam ali. E como sabem!

Na versão de Eduardo Braga, terão regime diferenciados operações alcançadas por tratado ou convenção internacional, inclusive missões diplomáticas e representações consulares e de organismos internacionais; serviços de saneamento e de concessão de rodovias; operações que envolvam a disponibilização da estrutura compartilhada dos serviços de telecomunicações; serviços de agência de viagem e turismo; e transporte coletivo de passageiros rodoviários intermunicipal e interestadual, ferroviário, hidroviário e aéreo.

O texto aprovado na Câmara previa o pagamento de apenas 40% da alíquota padrão pelos serviços de saúde e educação; produção de alimentos, produtos básicos de higiene pessoal e limpeza; agropecuários, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura; insumos agrícolas produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais, atividades desportivas e comunicação institucional; dispositivos médicos; dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência; bens e serviços relacionados à soberania e segurança nacional, segurança da informação e segurança cibernética; medicamentos; e produtos de cuidados básicos à saúde menstrual.

De volta ao besouro, reduzir impostos e aumentar gastos é a lei da gravidade no Congresso. Se Lula não prestigiar a equipe econômica, Haddad será encurralado pelo Centrão, que cria dificuldades para aumentar a arrecadação, e a bancada do PT, que não quer abrir mão de gastos que poderiam ser evitados. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, é o vértice dessa aliança no Palácio do Planalto.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-

mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/11/6530477-nas-entrelinhas-haddad-no-fogo-cruzado-entre-o-pt-e-o-centrao.html>

Tarifa elevada: quase 40% do valor da conta de luz do brasileiro é voltada a tributos, encargos e perdas

Não é de hoje que se sabe que a conta de luz pesa no bolso do brasileiro. Mas, com números, agora está estimado que quase 40% do valor pago com energia elétrica no País é voltado a **tributos**, encargos e perdas. O levantamento inédito é da Frente Nacional dos Consumidores de Energia, que prevê que o montante das contas de luz pagas pelos cidadãos deve chegar a R\$ 342,8 bilhões no fim do ano. Deste valor, R\$ 132,2 bi não são gastos diretos de energia.

Os cálculos técnicos da Frente indicam um total de 515,86 Terawatt-hora (TWh) consumidos até o dia 31 de dezembro de 2023. Do total de R\$ 342,8 bilhões a serem pagos, 61,40% (R\$ 210,6 bi) deve ser voltado a gastos com energia, transmissão, distribuição e iluminação pública. Já os outros 38,60% (R\$ 132,2 bi) correspondentes a custos com perda técnica, furto de energia, **tributos** e encargos.

"O Brasil tem algumas vantagens competitivas em relação aos demais países do mundo, porque nós temos condições de ter energia das mais baratas do mundo, fruto da natureza e das nossas condições geográficas. Mas o que acontece é que nossa conta é uma das mais caras do mundo", diz Luiz Eduardo Barata, atual presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia.

Nesse cenário, o movimento - que conta com mais de 10 conselhos, institutos e associações do setor - articula para que a conta de energia não aumente e que, paralelamente, haja uma redução de **tributos** e encargos. "Nós queremos que todo brasileiro tenha acesso à energia, mas que, sobretudo, essa energia seja limpa, pagável, permanente e sustentável", frisa.

Ao Terra, Barata explicou que incidem na conta de luz do brasileiro dois **tributos** federais - o Pis (Programa de Integração Social) e o Cofins (Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social**). Além disso, em nível estadual, há o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Mas, de acordo com a **reforma tributária** em andamento, o Pis, Cofins e o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) devem se transformar no CBS (Contribuição sobre Bens e Serviço). Já o ICMS e

o ISS (Imposto Sobre Serviços) serão unificados no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - abrangendo o nível estadual e municipal.

Além disso, a Frente Nacional dos Consumidores de Energia diz estar em articulação para que a energia elétrica não seja algo alvo do Imposto Seletivo, que deve surgir com a reforma.

Já sobre os encargos, há a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) composta por subsídios. Barata explica que quando criada, em 2002, a primeira CDE custou R\$ 2 bilhões. Em comparação, neste ano, o valor chegou a R\$ 34 bilhões.

Esse aumento é justificado por múltiplos fatores. Ele cita, por exemplo, que os subsídios a fontes renováveis, como a eólica e solar, só surgiram por volta de 2010. "Eles pagam apenas metade das tarifas de transmissão e de distribuição. Mas como o valor da transmissão já está fechado, alguém tem que pagar no lugar dele. Então esse valor que eles não pagam vai para a conta de desenvolvimento energético e a gente paga uma porcentagem", explica.

Nisso, a Frente acredita que parte dos subsídios da CDE não são mais justificáveis como podiam ser há 10 anos atrás, isto porque essas fontes mais baratas de geração de energia já se implantaram no Brasil - e ultrapassaram, inclusive, a geração térmica.

"Alguns dos subsídios até estão com data para terminar. Mas outros não estão. A data para terminar de alguns está tão longe que a gente acha que não vai terminar nunca, como é o caso das térmicas a carvão, que nós achamos que não faz mais sentido", complementa Barata.

Em meio a isso vale ressaltar que na CDE também constam subsídios justos, como avalia a Frente. É o caso da Tarifa Social de Energia Elétrica, que concede descontos na a consumidores de baixa renda. Além disso, há também o programa Luz para Todos.

Entre 34 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil é o país

com o maior custo residencial de energia elétrica do mundo. A projeção é da Abrace, integrante da Frente Nacional dos Consumidores de Energia, levando em consideração dados de 2022.

A conta considera dados da tarifa residencial no Brasil, de tarifas residenciais de países da OCDE e do Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita. As bases de dados são, respectivamente, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Agência Internacional de Energia (IEA) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

No top 5 países em que a conta de luz sai mais cara, abaixo do Brasil estão a República Tcheca, Grécia, Espanha, Costa Rica e Itália. Veja mais detalhes sobre o ranking:

Paulo Pedrosa, presidente da Abrace, conta que os brasileiros não pagam apenas caro pelo custo da energia elétrica, mas que também pagam "várias vezes": "Além da conta de luz residencial, toda vez que um cidadão compra um pão na padaria, uma camiseta para o filho ou um saco de cimento para a construção da casa, por exemplo, está também pagando a energia embutida naqueles produtos. Hoje em dia, numa família, um quarto do que ela gasta por mês é com energia", diz.

Veja quanto o custo da energia pesa no preço de alguns itens essenciais e rotineiros, segundo estudo da associação:

Pão: 31% do preço final

Litro do leite: 31,3% do preço final

Manteiga: 26,2% do preço final

Carne: 33,3% do preço final

Cesta básica: 23,1% do preço final

Caderno: 35,9% do preço final

Lápis: 14,8% do preço final

Borracha: 24,5% do preço final

Vestuário: 12,4% do preço final

Internet e Softwares: 19,1% do preço final

Telefonia fixa e celular: 17% do preço final

Eletroeletrônicos: 10,6% do preço final

Automóvel: 14,1% do preço final

Vidro e cimento: 24,5% do preço final

A Frente Nacional dos Consumidores de Energia é formada pelo Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica (Conacen), Conselho de Consumidores de Energia da CEMIG (ConCemig), Conselho de Consumidores da Energisa Sergipe (Concese), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Instituto Clima e Sociedade (iCS), Instituto ClimaInfo, Instituto Pólis, Instituto Internacional ARAYARA, Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) e Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro). Além dos membros, contam com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (Fies).

Os dados mostram que o preço da conta de luz não é algo que depende apenas do consumo efetivo da energia elétrica do brasileiro. Mas, para além das questões estruturais, pensando no individual, há "boas práticas" que podem ajudar a não desperdiçar e ajudar a reduzir um pouco o valor final da conta.

Confira dicas de Barata, o presidente da Frente, de medidas simples que podem fazer a diferença:

Site: <https://www.terra.com.br/economia/tarifa-elevada-quase-40-do-valor-da-conta-de-luz-do-brasileiro-e-voltada-a-tributos-encargos-e-perdas,32e046e1d60eca1d2bc1f8956ec9587f73wpjogy.html>

Lula abre as comportas para o debate da gastança - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

Ao antecipar a mudança da meta para as contas públicas de déficit zero para algum déficit, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu as comportas para que a discussão passe a ser o quanto gastar a mais. A possível meta, ainda a ser definida, de déficit primário (que exclui os gastos com o pagamento de juros da dívida), de 0,5% do **PIB** (Produto Interno Bruto), para o ano que vem, passou a ser piso para alguns petistas.

Enquanto que para a equipe econômica, qualquer percentual acima de 0,25%, de média, é muito, para fins de sinalização; e joga qualquer esforço de construção de credibilidade no ralo, até 2026.

Pior: qualquer déficit primário maior do que 0,25% reduz a zero a capacidade do governo de estabilizar a dívida bruta como proporção do **PIB** ainda neste mandato; e consolida o cenário de mercado, que leva a dívida a romper 80% do **PIB** em 2025, patamar muito superior aos 73% deixados pelo governo de Jair Bolsonaro. Com consequências sobre os rumos da política monetária, especialmente sobre a taxa básica de juros (Selic), que o Copom cortou 0,5%, para 12,25% ao ano nesta semana.

O dano sobre as expectativas já aconteceu e tem efeito sobre a trajetória fiscal desenhada pela equipe de Fernando Haddad, ministro da Fazenda.

Essa trajetória pressupunha zerar o déficit em 2024 e produzir superávits de 0,5% do **PIB** no ano seguinte, 2025, e de 1% do **PIB** em 2026. Com isso, haveria a chance de a dívida do setor público se estabilizar em relação ao **PIB**.

O comentário de assessores do presidente é que Haddad parece mais inseguro com relação às receitas, que são o motor da política fiscal do governo do PT. Sobretudo depois que a arrecadação de **impostos** começou a cair em termos reais.

Há quem diga que os cálculos do ministro da Fazenda estariam superestimados. Por exemplo, ele conta com uma arrecadação de cerca de R\$ 35 bilhões com a esperada aprovação da Medida Provisória 1185, que permite ao governo cobrar Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), sobre os benefícios do ICMS concedidos a grandes

empresas. Os cálculos de técnicos do Ministério do Planejamento indicam que essa medida, se aprovada, deverá gerar uma receita de cerca de R\$ 15 bilhões, menos da metade da estimativa de Haddad.

O debate no governo sobre se deve ou não mudar a meta fiscal para algo mais frouxo, abandonando a meta do déficit primário zero, já vem ocorrendo há três meses e, portanto, Haddad não foi surpreendido pelas declarações do presidente Lula, de que é muito difícil zerar o déficit primário em 2024, que não pretende cortar gastos e que, portanto, não vai recorrer ao contingenciamento das despesas.

Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais, parece ser o único a favor da posição de Haddad, que é contra desistir da meta de zerar o déficit, sobretudo agora, antes de se ter certeza sobre o que o Congresso vai aprovar de medidas que aumentem as receitas com **impostos**. Padilha acha que o Congresso deve concluir se é preciso ou não afrouxar a meta fiscal.

A tese de enviar uma mensagem modificativa (do déficit) para o relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), Danilo Forte (União-CE), defendida pelo ministro chefe da Casa Civil, Rui Costa, por questão de prazo, perdeu força.

Queda na bolsa de valores e aumento da taxa de juros futura foram duas das reações imediatas do mercado tão logo ficou sabendo das intenções de Lula, de afrouxar o seu compromisso com a meta de déficit zero. Esta foi uma clara manifestação da lei das consequências não intencionais (law of unintended consequences), dado que uma das principais batalhas de Lula é a redução dos juros no país.

Segundo artigo de Niall Ferguson, colunista da Bloomberg Opinion, em tradução livre: "Existe apenas uma lei verdadeira da história e essa é a lei das consequências não intencionais - onde o que acontece não é o que deveria acontecer", sobre a grande derrota dos títulos do Tesouro americano nos dois últimos anos. Ferguson assinala que ninguém poderia ter previsto o colapso do mercado de títulos do Tesouro, exceto todos os críticos das taxas de juros artificialmente baixas desde John Locke.

Se for confirmada a intenção de Lula, o que era uma

dúvida do mercado, de que a meta do déficit zero não seria cumprida, passa a ser uma certeza. E os anos seguintes, até o fim do seu mandato, em 2026, ficarão sem âncora fiscal alguma, pois ninguém mais vai acreditar nas metas do governo, que mudam antes mesmo do jogo começar.

Claudia Safatle é jornalista da equipe de criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras E-mail claudia.safatle@valor.com.br Mais sobre meta fiscal nas páginas A5, A6 e A7

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187704?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187704?page=1§ion=1)**

O fluxo de capitais e o desenvolvimento sustentável (Artigo)



Luciane Moessa

Luciane Moessa, Ph.D, é diretora Executiva e Técnica da Associação Soluções Inclusivas Sustentáveis (SIS).

O governo federal lançou, em 21 de setembro, consulta pública sobre o Plano de Ação da chamada "Taxonomia Sustentável brasileira". Como ponto positivo na iniciativa, temos o fato de que foram incluídos objetivos climáticos, ambientais e sociais, diferente de outros países que, ou excluíram objetivos ambientais e sociais, ou adiaram sua inclusão.

Como ponto negativo, temos que o documento em questão consiste numa "colcha de retalhos" com pouca coerência interna e linhas gerais que estão distantes de permitir que, a prevalecer o modelo adotado, a Taxonomia brasileira entregue o que promete, que é reorientar o fluxo de capitais rumo aos referidos objetivos.

O modelo é francamente inspirado na taxonomia da União Europeia que, num primeiro momento, enfocou apenas mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e depois agregou outros objetivos ambientais, como proteção e restauração da biodiversidade (terrestre e aquática), prevenção e controle da poluição e economia circular, e nas taxonomias da Colômbia e do México que, por sua vez, também foram inspiradas na europeia, ainda que tenham agregado outros temas.

Ocorre que o modelo de inspiração tem algumas premissas equivocadas. O objetivo de uma taxonomia é, primeiro, mensurar o fluxo de capitais para

atividades e projetos com impactos climáticos e socioambientais e, assim, reduzir fluxos para atividades e projetos com impactos negativos e aumentar fluxos para aqueles com impactos positivos.

Busca-se medir para em seguida mudar pra melhor.

O primeiro equívoco da taxonomia europeia é não ter mapeado atividades e projetos com impactos negativos. Foge-se da mensuração do problema, talvez apostando em "crescimento verde", justamente num continente que tem pouco espaço para tanto.

Foi o mito do crescimento econômico infinito que nos trouxe a essa situação de emergência climática, pois ele aconteceu sem considerar a finitude dos recursos naturais e seus efeitos no clima.

Não se trata mais de crescer, trata-se de "esverdear" - para sobreviver.

O tamanho do que se pode chamar de "economia verde" é muito menor do que a economia tradicional, de modo que o mero crescimento dessa sem a redução daquela (a que nos leva ao "vermelho") não resolve o problema.

O segundo equívoco é não distinguir entre atividades permanentes (faz sentido construir uma parte da taxonomia baseada em setores econômicos) e projetos, que possuem duração limitada no tempo, porque visam transformar, construir algo que não existia.

Por exemplo, mesmo uma empresa que opera num setor com impactos negativos pode desenvolver projetos (e normalmente precisará recorrer ao setor financeiro para isso) com benefícios climáticos ou ambientais, tais como treinamento de mão de obra ou compra de equipamentos visando gerar maior eficiência no uso de energia, água ou matéria-prima, produzir melhorias na gestão de resíduos ou a redução do risco de acidentes de trabalho.

A taxonomia europeia selecionou os setores responsáveis pelo maior volume de emissões de gases de efeito estufa e definiu parâmetros de desempenho que permitam que tais atividades sejam consideradas "verdes" (numa visão binária, que ignora os diferentes estágios na jornada da sustentabilidade).

Assim, identificou oportunidades para "esverdear" setores tradicionais, mas não mapeou tecnologias e processos que podem propiciar isso, pois a taxonomia é usada para que empresas relatem o percentual de suas atividades que se alinham aos parâmetros da taxonomia, mas não para identificar o percentual dos portfólios de crédito e de investimentos de instituições financeiras destinados a projetos verdes nem para empresas identificarem seus investimentos verdes.

Se formos comparar com gastos públicos, seria como abordar despesas correntes (pagamento de pessoal, transporte, água e luz etc) e deixar de lado despesas de capital (obras, aquisição de equipamentos).

O terceiro equívoco é se basear apenas em um sistema de classificação de atividades econômicas que não foi pensado com base nos impactos climáticos ou socioambientais das atividades (o CNAE) para buscar identificar atividades geradoras de benefícios dessa natureza.

Existem muitas atividades econômicas que trazem benefícios dessa natureza, mas não possuem CNAE próprio. São exemplos: serviços de detecção precoce de incêndios florestais (que usam inteligência artificial para analisar padrões em anos anteriores para mapear locais de risco e sistemas de satélite para detectar focos nos locais mapeados); sistemas de integração agricultura-pecuária-floresta; construção de habitações para baixa renda etc.

Embora a seleção de setores por sua relevância econômica e impactos socioambientais e climáticos que consta no Plano de Ação esteja correta, o desenho colocado não explora o potencial do Brasil para a bioeconomia (isso só entra quando a atividade cabe dentro de um setor tradicional), deixa de lado novos produtos e serviços com benefícios climáticos, ambientais e sociais e, sobretudo, projetos que gerem tais benefícios, em qualquer setor.

Sendo a taxonomia pensada para uso do setor financeiro, a classificação deveria considerar o perfil de diferentes produtos financeiros: a) alguns são voltados para atividades permanentes, como crédito para capital de giro, investimentos em ações, seguros; b) outros são voltados para projetos ou finalidades específicas, como financiamentos e títulos de dívida (bonds) - destaquem-se os títulos atrelados a metas ou projetos com benefícios climáticos, ambientais ou sociais.

Mas, para avaliar a sustentabilidade de portfólios (de crédito, investimentos e seguros), é preciso identificar também atividades e projetos com impactos negativos.

Em suma, o fluxo de capitais necessário para viabilizar atividades e projetos verdes virá sobretudo da redução do fluxo para atividades e projetos com impactos negativos. Apostar apenas no crescimento e não na transformação dos setores tradicionais (para que eles possam vir a ser rotulados como "verdes" ou como "menos vermelhos") é um erro matemático.

Ainda, é fundamental considerar a localização das atividades econômicas e projetos - pensar em adaptação às mudanças climáticas, impactos na biodiversidade ou nas comunidades do entorno sem levar em conta a localização é impossível.

Por fim, precisamos de mais incentivos econômicos: a taxonomia deve ser usada também para fins tributários - não para um imposto específico e, sim, para todos os **impostos** que incidem sobre atividades econômicas, imóveis e veículos, pois em todos eles é possível identificar variáveis climáticas, ambientais e sociais de modo a aumentar a carga tributária de atividades e bens com impactos negativos e reduzir a daqueles com impactos positivos. Temos uma **reforma tributária** sendo discutida neste momento e isso precisa ser considerado.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231101/>

Melhor é mudar a meta de déficit primário (Artigo)

Nilson Teixeira

Nilson Teixeira, é Ph.D. em economia. X - @EconomicsArtBRL

O arcabouço fiscal estabelece resultado primário nulo em 2024, com um intervalo de tolerância correspondente a 0,25 ponto percentual do **PIB**. O consenso entre especialistas, porém, é de que a meta não será cumprida, com as projeções de déficit variando entre 0,5% do **PIB** e 1% do **PIB**. Em grande parte, essa avaliação advém da percepção de que algumas projeções de receita fiscal no PLOA são exageradas, enquanto certas despesas obrigatórias estão subestimadas.

Em contrapartida, membros da equipe econômica argumentam que haverá esforço para alcançar esse equilíbrio fiscal, sugerindo forte contingenciamento dos gastos após a divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 1º bimestre. Todavia, na semana passada, o presidente Lula aquiesceu, após afirmar que faria tudo que fosse necessário para cumprir a meta fiscal de 2024, que não buscaria essa meta às custas do corte de obras prioritárias no início do ano. O chefe do Executivo também lembrou que um déficit primário de 0,25% do **PIB** ou 0,5% do **PIB** seria pouco relevante.

A declaração foi muito criticada, sob a alegação de que enfraquece a capacidade do Ministério da Fazenda de convencer parlamentares a aprovarem projetos de elevação de **impostos** e a rejeitarem propostas de aumento de **gastos**. Nesse sentido, a reação imediata dos preços de mercado foi de recuo dos índices da bolsa de valores, elevação dos juros futuros e depreciação cambial.

Todavia, Lula está correto ao apontar que o impacto nos fundamentos de uma diferença no resultado primário de 0,5 ponto percentual do **PIB** em um determinado ano é pouco significativo, haja vista que a projeção de antemão dos números fiscais não é precisa o suficiente para diferenciar esses resultados.

Quando muito, o comentário do presidente terá efeito de curto prazo, uma vez que já era generalizada a expectativa de déficit primário em 2024.

O argumento de que o ministro da Fazenda sai

enfraquecido após a declaração de Lula não faz sentido, até porque as promessas do time econômico de que seriam feitos esforços para alcançar o equilíbrio fiscal não tinham sido capazes, até então, de diminuir as projeções de déficit.

Do mesmo modo, não entendo como a aprovação de um orçamento com déficit zero em 2024 a partir de hipóteses pouco realistas seja capaz de manter a credibilidade do arcabouço fiscal. Não faz sentido atribuir grandes benefícios à divulgação de um orçamento equilibrado quando poucos acreditam nessa possibilidade.

Muitos analistas apontam para a superestimativa de algumas receitas em cerca de R\$ 100 bilhões. Um exemplo de um suposto otimismo é a expectativa de arrecadação de R\$ 35,3 bilhões proveniente da aprovação pelo Congresso da MP 1185/2023 sem alterações - crédito fiscal decorrente de subvenção de investimentos, bem como de R\$ 10,4 bilhões originados da aprovação no Congresso da tributação dos Juros sobre Capital Próprio.

Mesmo sendo otimista e assumindo que essas propostas serão acatadas rapidamente pelo Congresso, em conjunto com a aprovação da tributação de apostas e com uma receita superior aos projetados R\$ 20,3 bilhões da mudança na tributação sobre fundos exclusivos e fundos offshore, o cumprimento da atual meta fiscal está longe de certo. A leitura majoritária é de que um equilíbrio fiscal só será garantido no caso de crescimento econômico mais vigoroso ou de forte aumento dos preços de commodities, em particular do petróleo, o que aumentaria o recebimento de **impostos** e de dividendos.

O ponto mais relevante, mas pouco discutido, não está em mudar a meta em 0,5 ponto percentual do **PIB**, e sim em aprovar orçamentos pouco confiáveis, o que acarreta efeitos nefastos para a credibilidade de toda a discussão orçamentária.

Apesar de o rito orçamentário ser bem definido - apresentação e votação das Diretrizes Orçamentárias, seguidas da apresentação do PLOA e dos debates em diversas comissões parlamentares e, por fim, aprovação no plenário, as projeções de receitas são geralmente exageradas e as de despesas obrigatórias

subestimadas, de forma a acomodar pleitos dos ministérios e dos parlamentares.

Depois da divulgação do 1º RREO bimestral, essa sistemática leva, quase sempre, a um contingenciamento expressivo de despesas para adaptar as contas públicas às previsões de arrecadação mais baixa e para criar espaço para contornar eventuais eventos negativos. Uma das principais críticas ao atual processo está associada à escolha pelo Executivo, sem muita influência do Legislativo, das áreas a serem impactadas pelo contingenciamento.

Essa tradição fragiliza o rito orçamentário como sendo o ambiente apropriado de debate do Executivo e do Legislativo sobre o estabelecimento de prioridades na alocação de recursos públicos.

Orçamentos com projeções de receitas superestimadas enfraquecem esse rito, pois incorporam uma etapa de contingenciamento menos transparente e muito dependente da influência sobre o Executivo de grupos de interesse e de cada parlamentar para obter prioridade quando no descontingenciamento de recursos.

Em outra frente, tenho dificuldade de crer que a aprovação de um orçamento com projeções exageradas de receita seja um estímulo para que os parlamentares se empenhem para aprovar medidas que contribuam para o aumento da arrecadação tributária.

Ao contrário, é mais provável que os parlamentares sejam ainda mais estimulados a converter uma maior parte das emendas parlamentares em desembolsos obrigatórios e não passíveis de contingenciamento.

Em suma, seria melhor para o país a elaboração de um orçamento para 2024 com projeções, em particular das receitas fiscais, mais em linha com a expectativa dos próprios especialistas do setor privado de déficit primário mais próximo a 0,5% do **PIB**, mesmo que isso exija a revisão da meta fiscal - sem incorporação de novas despesas.

As vantagens da aprovação de uma peça com projeções de receitas e despesas pouco confiáveis para, logo depois, se promover contingenciamentos com critérios passíveis de questionamento são enganosas, ainda mais quando a forma de liberação desses recursos é pouco transparente.

Um cenário favorável seria o comprometimento do presidente Lula com a recuperação da receita fiscal, em particular por meio do corte de renúncias tributárias ineficazes e injustas. Ao mesmo tempo, o

Executivo e o Legislativo poderiam decidir que um aumento da arrecadação seria convertido inteiramente em resultado primário, sem a aplicação neste ano das regras do arcabouço fiscal que permitem o aumento das despesas no caso de previsão de receitas maiores.

Ao contrário de ficar preso ao 0,5 ponto percentual do **PIB** para lá ou para cá, neste ano, a aprovação de um orçamento com projeções críveis e com menor chance de contingenciamento é a melhor forma de fortalecimento sustentável da credibilidade fiscal do país.

Seria melhor para o país a elaboração de um orçamento para 24 mais fidedigno, mesmo que exija a revisão da meta

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231101/>

Em crise no Brasil, Starbucks fatura alto no exterior - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA



Nesta semana, muitos clientes da rede americana de cafeterias Starbucks ficaram preocupados com o pedido de recuperação judicial da SouthRock Capital, que até pouco tempo atrás controlava a marca no mercado brasileiro. Estima-se que as dívidas do grupo, também administrador das redes Eataly e Subway no país, totalizem R\$ 1,8 bilhão, o que poderia inviabilizar a sua operação. Como se não bastasse, no mês passado a SouthRock perdeu a licença para operar a Starbucks no Brasil, o que colocou ainda mais incertezas no cenário. Enquanto a situação por aqui segue indefinida, a Starbucks fatura alto no mundo. Em seu balanço divulgado ontem, a empresa reportou lucro global líquido de US\$ 1,2 bilhão no quarto trimestre fiscal, encerrado em 30 de setembro, uma alta de quase 40% em relação ao mesmo período do ano passado. Ou seja: não há motivos para os fãs da Starbucks temerem pelo futuro da cafeteria.

País se mantém no topo do ranking de juros reais mais altos do mundo

O corte de 0,5 ponto percentual da taxa Selic, para 12,25% ao ano, o menor patamar desde março de 2022, não foi suficiente para tirar o Brasil da liderança do ranking mundial de juros reais. De acordo com uma nova lista elaborada pelo site MoneYou, a taxa de juros reais - cálculo que leva em consideração a taxa

nominal e a expectativa de **inflação** para os próximos 12 meses - no Brasil é de 6,90% ao ano. Logo depois aparecem México, com juros reais de 6,89%, e Colômbia, com 5,48%.

No embalo da queda da Selic, Banco do Brasil corta juros

Pouco depois de o Banco Central cortar os juros, o Banco do Brasil informou que reduzirá as taxas de crédito voltado para o agronegócio. Segundo o BB, as linhas de financiamento terão diminuição de 0,5 a 1,5 ponto percentual. "Contribuímos para a concessão de crédito mais barato aos nossos clientes, o que beneficia diretamente o dinamismo da economia, de forma a favorecer o crescimento e a gerar mais emprego e renda para o país", afirmou Tarciana Medeiros, presidente da instituição.

O que está em jogo na privatização da Sabesp

É consenso que a única privatização de grande porte que poderá ocorrer no Brasil no futuro próximo é a da Sabesp, a companhia de saneamento de São Paulo. No entanto, são esperadas duras batalhas entre defensores e críticos do projeto. De um lado, estudos mostram que empresas do ramo que foram vendidas para a iniciativa privada passam a oferecer serviços melhores. De outro, há a possibilidade real de as tarifas aumentarem. As discussões deverão girar em torno desses temas.

Rapidinhas

O Itaú BBA realizará, em 9 de novembro, a 14ª edição do Macro Vision, evento que discutirá os desafios econômicos do Brasil e do mundo. Um dos destaques da edição 2023 é a participação de Richard Clarida, acadêmico americano que foi vice-presidente do Banco Central dos Estados Unidos e que é conselheiro da Pimco, uma das maiores gestoras de recursos do planeta.

A empresa de saneamento Aegea contabiliza resultados positivos em seu "Projeto Tarifa Social", que oferece descontos na conta de água e esgoto para famílias de baixa renda. Segundo Radamés Casse, presidente da companhia, o sistema beneficia 2 milhões de pessoas nas 500 cidades onde a Aegea atua.

Não está fácil para ninguém - nem para os presidentes das empresas. Em setembro, o número de profissionais do topo da hierarquia que trocaram de emprego nos Estados Unidos subiu 122% em relação ao mesmo mês do ano passado, segundo a consultoria Challenger Gray. O cenário econômico desafiador explica o movimento.

Depois da Netflix, agora é a vez do serviço de streaming de vídeo HBO Max atacar o compartilhamento de senhas. "É algo na nossa lista de coisas a fazer", disse Casey Bloys, presidente da empresa. "A Netflix tem a vantagem de ser mais poderosa, mas acabar com o compartilhamento deveria estar no radar de todas as plataformas."

"Se a inteligência artificial for programada por aqueles que defendem a extinção de nossa espécie, a função útil da tecnologia será a extinção da humanidade" Elon Musk, dono do X (ex-Twitter) e da Tesla

R\$ 100 BILHÕES é quanto o Brasil economizaria em 2024 no pagamento dos juros da dívida pública se a taxa Selic chegasse a 9% ao ano, percentual projetado pelo mercado financeiro no ano que vem

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5246/03-11-2023.html?all=1>

Eletrônicos têm crescimento de 5%

FERNANDA STRICKLAND

Apesar do cenário internacional de **inflação** e aumento nos preços dos componentes, as vendas on-line de produtos eletrônicos no Brasil apresentam crescimento de 5% em 2023, demonstrando a resiliência do mercado local. O valor médio de cada pedido chegou a R\$ 190, uma alta de 2%. Os dados são da Admitad, uma empresa de tecnologia da informação.

O estudo leva em conta mais de 1,3 milhão de pedidos on-line, incluindo cerca de 50 marcas locais e filiais de empresas globais, como Alibaba, AliExpress, Adorama, Banggood, Logitech e InfoStore. As principais cidades com pedidos virtuais de produtos eletrônicos em 2023 são São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Niterói, Porto Alegre, Florianópolis, Fortaleza e Goiânia.

De acordo com Bruno Trindade, head de Vendas da Admitad Brasil, apesar da taxa crescente, o número de vendas de eletrônicos no país ficou abaixo da média mundial, que teve aumento de 9%. Além disso, a diferença entre a porcentagem de vendas e o valor gasto aponta que os brasileiros estão consumindo mais, porém, estão em busca de produtos com menor preço.

"Considerando a **inflação**, fica claro que os compradores deste ano estão optando por alternativas mais baratas ou adiando compras de alto valor, optando, por exemplo, por repor componentes individuais em vez de comprar um novo dispositivo", explica.

Em 2023, as principais fontes de vendas bem-sucedidas no Brasil foram plataformas de conteúdo e mídia on-line (24%), lojas afiliadas (18,2%), grupos e blogs em redes sociais (14,3%), serviços de cashback (12,7%), sites de cupons (9,3%) e anúncios contextuais e direcionados (8%). (FS)

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/5246/03-11-2023.html?all=1>

Brasil precisa focar na solução de problemas (Editorial)

O Brasil precisa parar de fabricar crises artificiais que interessam apenas a políticos e especuladores do mercado financeiro, que lucram com o aumento das incertezas. O mercado que reagiu mal a esse ou àquele fato, dois dias depois, registrou máximas e mostra o real se valorizando. Nos últimos dias, deu-se a entender que há um ruído entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando, na verdade, os discursos de um e de outro confirmam que há hoje uma preocupação com as contas públicas e com o equilíbrio das mesmas. Parece que preferimos focar na árvore e nos esquecermos da floresta, e esse imediatismo não contribui para a resolução de forma efetiva dos problemas que existem no Brasil.

A cantilena em torno da meta de zerar o déficit público no próximo ano mostra um rigor que não foi adotado no caso do parâmetro estipulado para a **inflação**. A meta de **inflação** não foi cumprida nos últimos dois anos, o índice de preços estourou a meta e nem por isso houve uma crise de confiança no país. Da mesma forma, a alteração da meta de zero para 0,5% não será o fim do mundo, desde que o governo não abra mão de perseguir o equilíbrio fiscal, que é o que o ministro e o presidente têm mostrado, a despeito de afirmações de que há divergências entre eles.

Basta recuperar os fatos. Há um bom tempo, todo o mercado vem afirmando, assim como disse mais de uma vez a ministra do Planejamento, Simone Tebet, que alcançar o déficit zero no próximo ano será muito difícil.

O presidente Lula apenas confirmou que será muito difícil zerar o déficit no próximo ano. Foi a gota d'água para especuladores colocarem água na fervura e ver nisso uma divergência do ministro com o presidente. Mas o próprio ministro informou que mostrou o problema a Lula e que, após reunião com ele, o presidente manifestou sua preocupação. Haddad não cravou o déficit zero, mas garantiu, mais de uma vez, que, enquanto for ministro, perseguirá o equilíbrio das contas públicas, assim como Lula garantiu aos parlamentares que não será criada nenhuma despesa nova.

Até agora, está mantido o compromisso do governo federal com o equilíbrio das contas públicas, e a incerteza vem da indefinição. O melhor a fazer é

extirpar incertezas e, se houver mudança, que se faça logo e se defina um patamar entre 0,25% e 0,50% para que os agentes econômicos acomodem suas expectativas. O governo insiste em medidas de elevação de receita para não ter que cortar investimentos em obras e programas sociais, mas não dá nenhum sinal que possa cortar outras despesas ou buscar uma maior eficiência no gasto público para cortar desperdícios e desvios.

O importante é que se busquem soluções, mais do que apontar "falsos" problemas, porque o Brasil está em um momento favorável, como constatou Robin Brooks, economista-chefe do Instituto Internacional de Finanças, ao afirmar que o país está a caminho de se tornar a Suíça da América Latina, assim como a presidente do Conselho de Administração do Santander, Ana Botín, indicou a possibilidade de entrarmos em um ciclo virtuoso que não é visto há anos. A mesma visão têm empresários brasileiros do setor de infraestrutura. A sociedade brasileira precisa parar de fabricar crises e focar na solução dos seus problemas estruturais para efetivamente aproveitar a janela de oportunidades que economistas e banqueiros estrangeiros estão vendo para o país.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Brasil precisa focar na solução de problemas

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5246/03-11-2023.html?all=1>

Uma reflexão para 2027 (Artigo)

Fabio Giambiagi Economista

Trago aqui uma reflexão para o longo prazo, justamente pela vantagem de tratar do tema numa situação em que estamos longe da decisão a respeito.

A proposta que se segue é para ser adotada em 2027 pelo governo a ser eleito em 2026. Se for o bis do atual, haverá tempo para ter amadurecido a questão. E, se for outro governo, poderá ser uma forma de aprimorar o regime.

Para 2024/2026, como diz Arnaldo Cezar Coelho, a regra é clara.

A questão-chave é: o que acontecerá se, a caminho de 2026, na segunda metade do governo, tivermos um novo "momento Dilma" e o Banco Central entender que "cumprir a meta" é "estimular o crescimento, tendo uma **inflação** de até 4,5%" e a **inflação**, na prática, ficar no intervalo entre 4% e 5%? Em tal situação, em 2027 seria de bom tom deixar claro que "3 é igual a 3".

Nesse caso, se for preciso restabelecer a credibilidade do regime, afetada pelas circunstâncias de 2025/2026, haveria duas possibilidades.

Elas se inseririam na sequência de avanços que o País fez nos últimos 25 anos e na qual se destacam três pontos: i) a concessão em lei de autonomia operacional ao Banco Central em 2021; ii) a definição da meta de 3%, adotada no mesmo ano para 2024; e iii) a adoção, em 2023, da "meta contínua" a partir de 2025.

A primeira possibilidade é que se evolua nesse processo e, sem necessidade de nova lei, se defina que, a partir de 2029, depois de uma fase de transição em 2027/2028, haveria a mesma meta atual de 3%, mas que depois de 2028 deixaria de existir o conceito de "banda de tolerância" da **inflação**. Ou seja, o Banco Central, a cada decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), olharia à frente para "mirar" a meta "à vera" e, nesse sentido, a **inflação** a cada ano será o que tiver que ser, uma vez que não faz sentido a instituição se empenhar ao máximo em perseguir uma meta que, alguns meses depois de o ano ter começado, poderia se revelar inviável na prática.

A segunda possibilidade seria, em 2027, definir que a partir de 2030 o intervalo da banda de tolerância seria reduzido para o intervalo de 2% a 4%. Em qualquer dos dois casos, o sentido seria aumentar o

comprometimento com o cumprimento efetivo da meta, mantida certa flexibilidade.

Se, no triênio 2024/2026, a **inflação** estiver muito perto de 3%, talvez não haveria o que mudar em 2027. Porém, se tivermos uma situação na qual na prática o Banco Central se satisfaz com uma **inflação** da ordem de 4%, vale a pena pensar na proposta. Aguardemos então os próximos anos para avaliar.

Fabio Giambiagi, Economista

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ
Uma reflexão para 2027

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

O Lula de 2023 tem muito a aprender com o Lula de 2003 (Editorial)



Era previsível - e foi previsto aqui mesmo no GLOBO, entre tantos outros lugares - que as metas traçadas pelo governo na apresentação do novo arcabouço fiscal se revelariam impraticáveis.

Cumpri-las dependeria daquilo que infelizmente se tornou anátema nas rodas políticas de Brasília: cortar gastos. Mesmo assim, elas foram reiteradas repetidas vezes pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad - em particular o compromisso de zerar o déficit em 2024, enviado pelo Executivo ao Congresso na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Todos confiaram que, depois do descontrole orçamentário promovido pela PEC da Transição, haveria ao menos grande esforço para reequilibrar as contas públicas. Intenções contam.

Até que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva torpedeou a meta do ano que vem no final de um café da manhã com jornalistas: "Eu sei da disposição do Haddad, sei da vontade do Haddad, sei da minha disposição.

(.) [Mas] nós dificilmente chegaremos à meta zero. (.) Se o Brasil tiver um déficit de 0,5%, o que é? De 0,25%, o que é? Nada. Absolutamente nada. Vamos tomar a decisão correta e vamos fazer aquilo que vai ser melhor para o Brasil".

Desde então, o governo se engalfinha em torno do novo compromisso que apresentará à sociedade.

Metas fiscais estão longe de ser "absolutamente nada", como quer Lula. É por meio delas que o governo informa à sociedade e ao mercado como lidará com as finanças do Estado. Pelos cálculos do Tesouro Nacional, equilibrar as contas no ano que vem significaria que a dívida pública voltaria a cair em 2025, depois de alcançar 76% do **PIB** (ela era de 51% em 2013, atingiu o pico de 87% em 2020 e voltará a subir neste ano).

Se um país gasta mais do que arrecada, sem a perspectiva de equilíbrio, o governo semeia desconfiança na própria solvência, principal pilar da estabilidade monetária.

Com menos confiança, o Estado precisa pagar juros mais altos a quem lhe empresta dinheiro, alimentando ainda mais a dívida. A alternativa é a incúria fiscal com **inflação** galopante, como ocorre na Venezuela, na Argentina e, antes do Plano Real, ocorria no Brasil. Quem paga o maior preço em ambos os casos - juros mais altos ou mais **inflação** - são os mais pobres. Eles é que mais sofrem com a retração da economia trazida pela necessidade do governo de pagar mais pelos empréstimos que contrai. Eles é que mais sofrem com o descontrole dos preços por não disporem de meios de preservar o poder de compra do pouco que ganham.

Essa é a realidade. E Lula deveria conhecê-la perfeitamente. Pelo menos a conhecia em 2003, quando assumiu seu primeiro mandato. A confiança depositada pelos agentes econômicos em um novo governo Lula durante a campanha do ano passado derivou em boa parte da experiência e da memória daquele presidente que, na campanha de 2002, assinou a Carta ao Povo Brasileiro afirmando: "Vamos preservar o superávit primário quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos".

Simples, cristalino - e sensato.

Não ficou nas palavras. Ao assumir em 2003, Lula imediatamente elevou a meta de superávit primário de 3,75% para 4,25% do **PIB**. No final daquele ano, o

resultado foi de 2,3%, acima dos 2,2% alcançados em 2002 e de toda a série histórica até então. No ano seguinte, o governo Lula alcançou 2,7%, recorde até hoje. A **inflação**, que vinha subindo e chegara a 12,5% em 2002, foi derrubada a 5,7% em 2005, graças a juros catapultados a 26,5% no início do governo. Tudo isso com Antonio Palocci no Ministério da Fazenda e Henrique Meirelles no Banco Central, sob as bênçãos de Lula. A busca pelo equilíbrio fiscal em nada impediu o governo de promover programas sociais importantes: Bolsa Família, Prouni, cotas raciais, Luz para Todos, só para citar alguns.

Em algum momento, porém, Lula mudou de ideia sobre a responsabilidade fiscal. A deterioração nas contas públicas começa em 2006, segundo dados da Instituição Fiscal Independente (IFI). Descontando do superávit convencional as componentes cíclicas (como flutuações geradas pelo preço de commodities) e não recorrentes (como receitas de leilões ou despesas emergenciais), o resultado primário estrutural caiu de 2,2% do **PIB** em 2003 para menos de 1% em 2007. Entrou no vermelho em 2010, quando o fim da bonança econômica deixou de mascarar as contas. Embora a situação fiscal brasileira não tenha gerado um cenário catastrófico como noutros países, desde então jamais voltou ao patamar do início do primeiro governo Lula.

Lula passou a nutrir desdém cada vez maior pela responsabilidade fiscal.

"Por que as pessoas são levadas a sofrer por conta de garantir a tal da estabilidade fiscal nesse país? Por que toda hora falam que é preciso cortar gasto, é preciso fazer superávit, é preciso fazer teto de gasto?

Por que o povo pobre não está na planilha da discussão da macroeconomia?", perguntava em novembro, pouco depois de eleito - antes afirmava que suas práticas econômicas anteriores falavam por ele.

Em 2003, Lula jamais cometeria erro tão primário quanto achar que os pobres perdem com a disciplina fiscal.

Em 2023, mal finge aceitá-la e na primeira oportunidade lança pelos ares a primeira meta que ele mesmo se impôs. Depois de duas décadas de retrocesso, o Lula de 2023 teria muito a aprender com o Lula de 2003.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo quer nova correção do FGTS a partir de 2025



Equilibrio. Governo e centrais tentam acordo que melhore remuneração do trabalhador sem afetar políticas públicas

GERALDA DOCA

O govorno tenta um acordo junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) na ação que pode mudar o índice de correção a ser aplicado nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A proposta do govorno prevê a correção das contas do FGTS pelo índice da poupança a partir de 2025. Em 2023 e 2024, os cotistas teriam direito à distribuição integral do lucro anual do Fundo, tendo como piso de rendimento a **inflação** oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE.

A proposta será levada aos ministros do STF. A mudança na remuneração das contas do FGTS valeria apenas para os novos depósitos, a partir da publicação da ata do julgamento. A Corte daria prosseguimento ao julgamento na próxima quarta-feira, mas as centrais sindicais pediram que ele seja retirado de pauta. A ideia é que o assunto seja retomado dentro de 30 dias, a fim de garantir tempo hábil às negociações com representantes do Ministério do Trabalho, da Caixa Econômica Federal e da Advocacia-Geral da União (AGU).

No texto enviado à Corte, as centrais argumentam que se busca uma solução que não afete o uso do Fundo para políticas públicas, como habitação e saneamento, e que também preserve o patrimônio dos trabalhadores.

Os termos do acordo estão serão levados pelo ministro da AGU, Jorge Messias, ao presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, relator do processo. Barroso já deixou claro que não concorda com a atual fórmula de correção das contas do FGTS. Em abril, quando o julgamento começou, Barroso votou para que a rentabilidade dos saldos do FGTS correspondam, no mínimo, à remuneração da poupança.

APLICAÇÃO CONSERVADORA Ele alegou que a poupança é uma aplicação conservadora, em referência a outros tipos de investimentos mais arriscados e que rendem mais. Destacou ainda que o FGTS é um direito social assegurado aos trabalhadores pela Constituição, como uma espécie de proteção em casos de perda do emprego. O julgamento foi paralisado após um pedido de vista do ministro Nunes Marques.

O govorno alega que a correção das contas do FGTS pela remuneração da poupança vai encarecer os financiamentos habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida, que têm o Fundo do trabalhador como a principal fonte de recursos.

Pela lei, os saldos das contas vinculadas são corrigidos pela Taxa Referencial (TR), mais 3% ao ano. Se as taxas dos empréstimos não forem ajustadas, pode haver um descasamento no balanço do FGTS.

As críticas à baixa rentabilidade do FGTS não são novas.

Em resposta ao problema, em 2016 o govorno passou a distribuir o lucro anual do FGTS entre os cotistas que tinham saldo em dezembro do ano anterior. De lá para cá, o lucro chegou a ser distribuído pela metade, integralmente, e hoje o montante é decidido pelo Conselho Curador do FGTS - os valores são creditados nas contas de forma proporcional aos saldos pela Caixa Econômica Federal nos meses de agosto.

Entre 2016 e 2022, a remuneração total depositada para cotistas (3% ao ano, mais TR e parte do lucro) variou.

Mas, no período acumulado, o ganho total superou a **inflação** e a poupança, segundo o Conselho Curador.

Integrantes do governo e da construção civil alegam que a sistemática atual de divisão do lucro melhorou a remuneração para os trabalhadores e deve ser mantida.

Barroso, porém, não concorda.

Segundo técnicos a par das discussões, o Executivo chegou a propor ao ministro a divisão integral do lucro, tendo como piso a **inflação**.

Mas Barroso insiste na remuneração da poupança.

Para Barroso, a política habitacional não pode ser custeada pelos trabalhadores.

Dessa forma, caberia ao Executivo encontrar alternativas no Orçamento da União, principalmente para atender famílias de baixa renda. Contudo, não há margem para isso, disse um ministro do governo.

HABITAÇÃO POPULAR Técnicos do Ministério das Cidades alegam que a mudança da correção das contas do FGTS pela poupança pode reduzir financiamentos em 40% com aumento de juros nos contratos. A meta este ano é atingir 450 mil contratos do Minha Casa, Minha Vida.

A revisão do FGTS chegou ao Supremo em 2014, após estudo encomendado pelo partido Solidariedade e pela Força Sindical apontar perdas consideráveis ao trabalhador.

Na época, o levantamento mostrou que a correção dos valores trouxe prejuízo de 88,3% ao dinheiro depositado no FGTS de 1999 até 2013. O pedido é para substituir a taxa por um índice de **inflação**. O argumento é que a TR não reflete o índice de preços, o que gera perdas para o trabalhador.

Ao votar, Barroso sugere mexer na lei do FGTS, que fixou como rendimento 3% ao ano, mais a TR. Mas obriga que o rendimento total seja no mínimo igual à poupança.

Segundo o voto do ministro, caberá ao Congresso e ao governo, em acordo com as entidades representativas dos trabalhadores, avaliar uma possível recomposição retroativa dos depósitos do FGTS, tendo em vista que "valores foram indevidamente apropriados pelo poder público em benefício da sociedade como um todo".

Contudo, o pagamento dessas perdas poderia gerar um esqueleto para o FGTS e o próprio governo. A

rentabilidade da poupança depende da taxa básica de juros, definida pelo Banco Central. Se a Selic for menor ou igual a 8,5% ao ano, a poupança rende 70% da Selic mais TR. Se a Selic estiver acima de 8,5% ao ano, a poupança rende 6,17% ao ano mais a TR. Atualmente, a Selic está em 12,25% ao ano.

Barroso foi procurado, mas a assessoria do STF informou que ele não iria se manifestar.

3% acrescidos da Taxa Referencial Essa é a remuneração hoje do saldo das contas do FGTS. Distribuição de lucros eleva rendimento

Notícias Relacionadas:

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ
Governo quer nova correção do FGTS a partir de 2025

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Grupo busca isolar Haddad no debate da meta

Renan Truffi

Ministros que participam das negociações em torno da meta fiscal passaram a admitir, nos últimos dias, que o titular da Fazenda, Fernando Haddad, não estaria conseguindo apresentar os cálculos de crescimento de receita que poderiam sustentar o déficit zero defendido pela equipe econômica. O movimento indica um isolamento cada vez maior de Haddad no debate da meta, enquanto avança a pressão para que presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decida se o Executivo vai propor revisar ou não o déficit zero para 0,25% ou 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

O impasse foi foco de ao menos quatro reuniões nesta semana e escancarou o racha tanto dentro do Palácio do Planalto quanto no restante da Esplanada.

Na ala dos ministérios com viés econômico, a avaliação é que trata-se de um momento-chave.

"É uma conta de subtração que ele [Haddad] precisa fazer para mostrar para o presidente Lula que as receitas previstas [pelo Ministério da Fazenda] garantem um déficit zero", disse um integrante mais crítico do governo, em caráter reservado.

A ponderação vinda desse segmento é que Haddad teria superestimado parte das receitas usadas pela Fazenda para propor a meta zero recentemente e, por isso, a "conta não estaria fechando".

Uma fonte disse ao Valor que, em um dos encontros entre os ministros, Haddad teria admitido que sua pasta não saberia dizer, inclusive, se o déficit de 0,25% do **PIB** seria suficiente para cobrir os gastos federais do ano que vem.

Diante dessa tese, alguns ministros têm defendido, nos bastidores, que a meta fiscal seja alterada imediatamente, evitando que o governo tenha que lidar com outro "solavanco" junto ao mercado financeiro num futuro próximo ou quando o governo efetivamente não conseguir atingir a meta.

No Palácio do Planalto, o assunto tem colocado em lados opostos, por exemplo, os ministros da Casa Civil, Rui Costa (PP-BA), e da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PP-SP).

Foi Costa quem convocou uma reunião na quarta-feira, 1o, por exemplo, com o relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado Danilo Forte (União- CE), com o objetivo de entender qual o calendário ele está prevendo para a tramitação da peça orçamentária.

Segundo interlocutores, a ideia do titular da Casa Civil foi entender até quando será possível enviar uma mensagem modificativa alterando a meta fiscal.

Isso porque Costa é um dos defensores de que o governo revise o déficit zero para até 0,5% do **PIB**. Apesar dessa consulta, a avaliação é que a decisão definitiva será mesmo do presidente Lula e, por isso, deve ser assunto de novas reuniões a serem realizadas nos próximos dias.

Padilha, por sua vez, tem sugerido outro caminho. Ele vem propondo nos bastidores que o governo não envie esta mensagem modificativa agora. Pelo contrário, a proposta do ministro da SRI é que a gestão petista possa esperar até que o Congresso avance com algumas das propostas consideradas essenciais para a elevação das receitas da União, como é o caso da medida provisória (MP) que trata da subvenção de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

As mudanças nas subvenções de ICMS são consideradas pela equipe econômica a principal medida para zerar o déficit primário do ano que vem. Nas contas da Fazenda, por exemplo, a aprovação dessa matéria pode gerar aproximadamente R\$ 35 bilhões em recursos para os cofres públicos. "A MP da subvenção está para 2024 como a PEC da Transição estava para 2023. Sem ela, não tem como sustentar [a questão fiscal]", defendeu um integrante da equipe econômica.

Além disso, o entorno de Haddad argumenta que, ao contrário das críticas, os cálculos já estão postos há algum tempo - em referência aos projetos defendidos pelo governo no Congresso - e o sucesso da meta zero depende da aprovação dessas propostas por parte dos parlamentares.

Ver também páginas A6 e A7

Nos bastidores, movimento crítico a ministro defende

que a meta fiscal seja alterada imediatamente

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187704?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187704?page=1§ion=1)**

BC mantém ritmo de corte, mas continuidade corre riscos (Editorial)

O Banco Central seguirá com o processo de redução de juros, ao ritmo de 0,5 ponto percentual, pelo menos por mais duas reuniões.

O Comitê de Política Monetária não mudou sua avaliação sobre os riscos fiscais, após o presidente Lula ter descartado a necessidade de perseguir a meta de déficit zero em 2024 e abrir o caminho para mudá-la. Apenas repetiu termos de seu **comunicado** anterior, reafirmando "a importância da firme persecução" das metas já estabelecidas. A evolução do cenário de referência do BC indica, porém, problemas à frente com o ritmo de corte dos juros e uma taxa ainda contracionista ao fim do ciclo.

Ao manter o ritmo de ajuste, o BC agiu com base no progresso relevante na queda da **inflação**. Tanto em seu cenário de referência quanto nas projeções do boletim Focus, o IPCA do ano corrente situa-se agora abaixo do teto da meta de 3,25%, algo que há um par de meses parecia impossível. Mas o BC ressalva que as medidas de **inflação** subjacentes (que olham o núcleo e desconsideram preços de produtos mais voláteis) se situam acima da meta de **inflação**, sem indicar que elas continuam a recuar.

As projeções do IPCA no cenário de referência do BC e do boletim Focus são praticamente iguais para 2023, mas se afastam nos dois exercícios seguintes, como ocorreria no **comunicado** anterior. Entretanto, a estimativa do cenário de referência do BC piorou marginalmente para 2024 e 2025 - foram de 3,5% e 3,1% no **comunicado** anterior para 3,6% e 3,2% -, o que emite um sinal de alerta. A projeção subiu mesmo considerando que os juros projetados são mais altos: 9,25% (antes 9%) em 2024 e 8,75% (antes 8,5%) em 2025. Isso sugere que o ritmo de cortes pode arrefecer, ou que ele pode ser interrompido antes do que se prevê. Pelo cenário de hoje, ao fim do ciclo de aperto monetário, a Selic será de 8,5% só em 2026, com uma taxa real de 5,5% - considerando-se o juro neutro de 4%, ela ainda será significativamente contracionista.

Houve uma mudança para pior na avaliação do cenário externo, que passou do "incerto" para "adverso", motivado principalmente pelo aumento das taxas de longo prazo nos Estados Unidos, pela resistência à baixa dos núcleos de **inflação** em diversos países e por "novas tensões geopolíticas". O

Copom acrescentou "cautela" à atenção prescrita em sua avaliação anterior. Mesmo assim, não houve mudança no balanço de riscos. A persistência de pressões inflacionárias e a possibilidade de que a economia brasileira esteja crescendo próximo ou acima de seu potencial, impulsionando a **inflação** de serviços, puxariam o IPCA para cima. Para baixo atuariam uma desaceleração global maior do que a prevista e um aperto monetário sincronizado cujos efeitos sejam mais fortes do que o esperado.

Os juros de longo prazo mais altos nos EUA, com o aperto das condições financeiras, foram também ressaltados no mesmo dia na entrevista de Jerome Powell, presidente do Federal Reserve, logo após o banco central americano decidir manter, pelo segundo mês consecutivo, a taxa de juros entre 5,25% e 5,5%. O Fed não descarta, porém, um aperto adicional no futuro. O Fed tem um problema sério: a economia disparou no terceiro trimestre e cresceu 4,9%, mesmo com os maiores juros em 22 anos. Powell indicou que ainda assim agirá com cautela porque se move no terreno delicado de uma transição incerta, na qual a **inflação** tem caído, mas os efeitos da rápida e forte carga de aperto monetário ainda não mostraram plenamente seus efeitos. "Não estamos confiantes que com a atual instância monetária conseguiremos levar a **inflação** a 2%, nem estamos confiantes de que não conseguiremos", resumiu Powell.

O Fed quer levar a economia a operar por um período abaixo de seu potencial de longo prazo, mas isso ainda não está perto de ocorrer. Powell acha que as condições financeiras estão mais apertadas, com a alta expressiva dos títulos do Tesouro de longo prazo, a valorização do dólar, aumento dos spreads de crédito (diferença entre o custo de captação e o juro cobrado do tomador final) e outros indicadores, e que se elas se mantiverem assim por algum tempo fariam o mesmo trabalho que uma alta de juro de 0,4 ponto percentual decidida pelo banco. Até o fim do ano passado, o Fed temia estar realizando uma política menos restritiva do que deveria, e sinalizava sua preferência por pecar por excesso do que por timidez na execução monetária. Hoje o risco está mais balanceado entre as duas atitudes, afirmou Powell.

O consumo americano é forte e o mercado de trabalho continua aquecido, embora um pouco menos do que antes. Cálculos da Oxford Economics indicam que a

proporção entre a oferta de emprego e o número de candidatos aptos a preenchê-la, que já foi de 2, situa-se em 1,5. A economia deve esfriar no fim do ano, mas mesmo que nada crescesse, o **PIB** seria de 2,1%.

O Fed aguarda, primeiro, que os efeitos defasados da alta dos juros produzam as consequências esperadas, atingindo um ponto em que não haja mais dúvidas de que a **inflação** ruma para os 2%. A partir daí, decidirá por quanto tempo sua política restritiva se manterá - suas últimas indicações são de que durará mais tempo que o previsto. O mundo, o Brasil incluído, acompanha os desdobramentos.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231101/>